**OBSERVAÇÕES:**

**1. A LICITANTE DEVE ATENTAR PARA A DESCRIÇÃO DO OBJETO CONSTANTE DO EDITAL (ANEXO I), E NÃO DOS ITENS DA “BEC”.**

**2. A LICITANTE DEVE MANTER SEMPRE ATUALIZADOS NO SISTEMA BEC/SP OS DADOS CADASTRAIS DA EMPRESA, INCLUSIVE, SE FOR O CASO, OS DADOS QUE DIGAM RESPEITO AO ENQUADRAMENTO DA EMPRESA NA CONDIÇÃO DE ME OU EPP.**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 051/2019**

**PROCESSO N° 144/2019-DG/MP**

**OFERTA DE COMPRA Nº 270101000012019OC00125**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br**

**DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 13/12/2019**

**DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 13/01/2020 às 11:30HORAS.**

**PREGOEIRA: ALESSANDRA MARCHI MACEDO**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, por intermédio de seu Diretor-Geral, **Doutor RICARDO DE BARROS LEONEL**, Promotor de Justiça, no exercício da competência delegada pelo Ato nº 045/03-PGJ, de 15 de maio de 2003, torna público que se acha aberta, nesta Unidade, licitação na modalidade **PREGÃO**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo - Sistema BEC/SP", com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada **PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO TOTAL POR LOTE** - Processo n° 144/2019 DG/MP, objetivando aseleção de propostas visando ao **REGISTRO DE PREÇOS** para a contratação de serviços para confecção de **placas, sinalizadores e totem** que será regida pela Lei Federal n° 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto Estadual n° 49.722, de 24 de junho de 2005, pelo regulamento anexo a Resolução nº CC-27, de 25 de maio de 2006, pelo Decreto Estadual nº 63.722/2018, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal n.° 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Estadual n° 6.544, de 22 de novembro de 1989, do Decreto Estadual n° 47.297, de 6 de novembro de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, pelo Ato nº 045/03 – PGJ de 15.05.2003 e Ato Normativo nº 597 – PGJ, de 1º de julho de 2009, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e serão encaminhadas por meio eletrônico, após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo - CAUFESP.

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br), no dia e hora mencionados no preâmbulo deste edital, e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela Autoridade Competente.

**I. DO OBJETO**

1. A presente licitação tem por objeto aseleção de propostas visando ao **REGISTRO DE PREÇOS** para a contratação de serviços para confecção de **placas, sinalizadores e totem**, conforme especificações constantes do Memorial Descritivo, que integra este edital como **Anexo 1**.

**Observação**

1. Os preços máximos que a Administração se dispõe a pagar estão indicados no **ANEXO 6 - ESTIMATIVA DE AQUISIÇÃO E PREÇOS MÁXIMOS**, deste Edital.
2. A periodicidade das aquisições é estimada em 03 (três) meses.
3. As quantidades constantes deste Edital são estimativas conforme **ANEXO 6 - ESTIMATIVA DE AQUISIÇÃO E PREÇOS MÁXIMOS,** e referem-se à previsão de consumo para o período de 12 (doze) meses de validade da Ata de Registro de Preços.
4. **Critério de julgamento.** O objeto deste certame licitatório está dividido em lotes, formados pelo agrupamento de um ou mais itens, conforme tabelas constantes do ANEXO 1 – MEMORIAL DESCRITIVO, facultando-se à licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

**d.1)** Desse modo, o LOTE 1 (PLACA DE SINALIZAÇÃO INTERNA EM ACRÍLICO CRISTAL) é composto de 500 unidades de placa de sinalização interna em acrílico cristal, no tamanho: 29,7 cm (largura) x 10,6 cm (altura), e de 200 unidades de placa de sinalização interna em acrílico cristal, no tamanho: 21,00 cm (largura) x 10,6 cm (altura); o LOTE 2 (PLACA DE SINALIZAÇÃO EM PVC EXPANDIDO OU PS) é composto de 100 m2 de placa de sinalização em PVC expandido ou PS; e assim por diante.

**II - DA PARTICIPAÇÃO**

1.1.1. Quanto aos **lotes 4, 5, 6, 8, 10 e 12** do Memorial Descritivo (Anexo 1): poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Administração Estadual que estejam registrados no CAUFESP, que atuem em atividade econômica compatível com o seu objeto, sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro.

1.1.2. Quanto aos **lotes 1, 2, 3, 7, 9 e 11** do Memorial Descritivo (Anexo 1): somente poderão participar do certame os interessados em contratar com a Administração Estadual que estejam registrados no CAUFESP, que atuem em atividade econômica compatível com o seu objeto, sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos, tenham credenciado os seus representantes na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro e que sejam considerados, nos termos da lei, microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007.

1.2.1. O registro no CAUFESP, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da licitante no sistema de pregão eletrônico e a senha de acesso deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública e autorizam a participação em qualquer pregão eletrônico realizado por intermédio do Sistema BEC/SP.

1.2.2. O registro no CAUFESP é gratuito. As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos para a inscrição no Cadastro, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso estão disponíveis no endereço eletrônico [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br).

1.3. Não será admitida a participação, neste certame licitatório, de pessoas físicas ou jurídicas:

1.3.1. Que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, com base no artigo 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993 e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002;

1.3.2. Que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública federal, estadual ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993;

1.3.3. Que possuam vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Autoridade Competente, o Pregoeiro, o subscritor do edital ou algum dos membros da respectiva equipe de apoio, nos termos do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/1993;

1.3.4. Que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativamente ou judicialmente;

1.3.5. Que estejam reunidas em consórcio ou sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

1.3.6. Que tenham sido proibidas pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei Federal n° 12.529/2011;

1.3.7. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8°, inciso V, da Lei Federal n° 9.605/1998;

1.3.8. Que tenham sido proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

1.3.9. Que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do artigo 33, incisos IV e V, da Lei Federal nº 12.527/2011 e do artigo 74, incisos IV e V, do Decreto Estadual nº 58.052/2012.

2. A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado declare, ao acessar o ambiente eletrônico de contratações do Sistema BEC/SP, mediante assinalação nos campos próprios, que inexiste qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, bem como que conhece e aceita os regulamentos do Sistema BEC/SP, relativos a Dispensa de Licitação, Convite e Pregão Eletrônico.

3. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

3.1. Em caso de perda ou quebra do sigilo da senha de acesso, caberá ao interessado efetuar o seu cancelamento por meio do sítio eletrônico [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br) <<http://www.bec.sp.gov.br>> (opção “CAUFESP”), conforme Resolução CC-27, de 25.05.2006.

4. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante em cada pregão eletrônico.

5. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

5.1. A(s) licitante(s) aceita(m) todas as condições do presente Pregão, bem como se sujeita(m) integralmente às disposições legais que regem as normas gerais sobre licitações e contratos no âmbito do Poder Público, inclusive o Ato (N) nº 308/2003-PGJ, de 18.03.03.

5.2. A(s) licitante(s) fica(m) ciente(s) de que toda empresa contratada por Órgão Público deverá ter condições para pronta apresentação de documento comprobatório de regularidade perante o sistema de seguridade social (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União), nos termos do artigo 195, Parágrafo 3º, da Constituição Federal de 1988, bem como do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, que sua verificação e apresentação, com data recente e dentro de sua validade, faz-se exigível para fins de liberação de pagamento final; e que os referidos documentos públicos encontram-se acessíveis através dos sites: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) e [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br).

6. Para o exercício do direito de preferência (aplicável apenas para os lotes 4, 5, 6, 8, 10 e 12 do Memorial Descritivo), bem como para a fruição do benefício da habilitação com irregularidade fiscal e trabalhista (aplicável a todos os lotes do Memorial Descritivo), previstos no ITEM V deste edital, a condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007 deverá constar do registro da licitante junto ao CAUFESP.

**III - DAS PROPOSTAS**

1. As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no endereço “[www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br)”, na opção “PREGÃO - ENTREGAR PROPOSTA”, desde a divulgação da íntegra do edital no referido endereço eletrônico até o dia e horário previstos no preâmbulo para a abertura da sessão pública, devendo a licitante, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do edital.

2. A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos: preço **total** de cada lote ofertado, expresso em moeda corrente nacional, apurado à data de sua apresentação, incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, frete e demais encargos, assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com o integral fornecimento do objeto da presente licitação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

2.1. O valor a ser ofertado corresponderá ao somatório do preço total de todos os itens/subitens que fizerem parte do lote proposto. Por exemplo: quanto ao LOTE 1, o valor a ser ofertado corresponderá ao preço de 500 unidades de placa de sinalização interna em acrílico cristal, no tamanho: 29,7 cm (largura) x 10,6 cm (altura) + preço de 200 unidades de placa de sinalização interna em acrílico cristal, no tamanho: 21,00 cm (largura) x 10,6 cm (altura); quanto ao LOTE 2, o valor a ser ofertado corresponderá ao preço de 100 m2 de placa de sinalização em PVC expandido ou PS; e assim por diante.

2.2. É responsabilidade de cada licitante observar a tributação aplicável ao seu caso.

3. As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no edital e seus anexos.

4. A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, tais como aumentos de custo de mão-de-obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

5. O prazo de validade da proposta será de sessenta dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

6. O objeto ofertado deverá atender a todas as especificações exigidas no Memorial Descritivo deste edital.

7. Não serão admitidas cotações inferiores às quantidades previstas neste edital.

8. Os preços ofertados permanecerão fixos e irreajustáveis.

9. Não é obrigatória a apresentação de proposta para todos os lotes previstos no ANEXO 1 - MEMORIAL DESCRITIVO, podendo a licitante apresentar proposta somente para o(s) lote(s) de seu interesse. Contudo, é vedada a apresentação de proposta parcial para os lotes 1, 3, 4, 5, 6, 8, 9 e 12, devendo a licitante contemplar todos os subitens que integrarem o(s) lote(s) ofertado(s).

10. A(s) vencedora(s) obriga(m)-se a apresentar à Comissão Julgadora de Licitações, em até dois dias úteis após o encerramento da sessão pública, planilha contendo os preços unitários de cada serviço (subitem) que integrar o lote proposto, a partir do valor total final obtido no certame e sem ultrapassar os valores previstos na coluna “PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO (R$)” do Anexo 6 deste edital.

**IV - DA HABILITAÇÃO**

1. O julgamento da habilitação se processará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

**1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI.

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado à Lei Federal nº 12.690/2012.

c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas.

d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

f) Registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, em se tratando de sociedade cooperativa.

**1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede ou ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

c) Certidões de regularidade de débito com as Fazendas Estadual e Municipal, da sede ou do domicílio da licitante;

d) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

e) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA**

a) Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual.

a.1) Se a licitante for cooperativa ou sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea “a” deverá ser substituída por certidão cujo conteúdo demonstre a ausência de insolvência civil, expedida pelo distribuidor competente.

a.2) Caso a licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

**1.4. DECLARAÇÕES E OUTRAS COMPROVAÇÕES**

1.4.1. Declarações subscritas por representante legal da licitante, elaboradas em papel timbrado, atestando que:

a) se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo anexo ao Decreto estadual n°. 42.911, de 06/03/1998 (Anexo 2);

b) inexiste impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração (Anexo 3).

c) inexiste impedimento de acordo com a Resolução nº 37 de 28 de abril de 2009, e alterações posteriores do Conselho Nacional do Ministério Público (Anexo 4).

d) sua proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014 (Anexo 8).

**2 - DISPOSIÇÕES GERAIS**

2.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas nos 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

2.2. O Pregoeiro, a seu critério, poderá diligenciar para esclarecer dúvidas ou obter a confirmação do teor das declarações e comprovações indicadas nos subitens 1.3 e 1.4 do ITEM IV deste edital, aplicando-se, em caso de falsidade, as sanções penais e administrativas pertinentes, garantidos os direitos ao contraditório e à ampla defesa.

2.3. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

2.3.1. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

2.4. A certidão positiva com efeitos de negativa tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

2.5. O licitante que se considerar isento ou imune de tributos relacionados ao objeto da licitação, cuja regularidade fiscal seja exigida no presente edital, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**V. DA SESSÃO PÚBLICA E DO JULGAMENTO**

1. No dia e horário previstos neste Edital, o Pregoeiro dará início à sessão pública do Pregão Eletrônico, com a abertura automática das propostas e a sua divulgação, pelo sistema, na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços.

2. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.1. Serão desclassificadas as propostas:

a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;

b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;

c) que contenham qualquer elemento que permita a identificação do licitante, até a fase de lances (inclusive) no processo licitatório.

d) Apresentadas para os lotes 1, 2, 3, 7, 9 e 11 por licitante não considerado, nos termos da lei, microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei Federal nº 11.488/07 e que não possua tal condição no registro do licitante junto ao CAUFESP.

2.1.1. A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro, observado o disposto no artigo 43, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

2.2. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

2.3. O eventual desempate de propostas do mesmo valor será promovido pelo sistema, com observância dos critérios legais estabelecidos para tanto.

3. Nova grade ordenatória será divulgada pelo sistema, contendo a relação das propostas classificadas e das desclassificadas.

4. Será iniciada a etapa de lances, com a participação de todas as licitantes detentoras de propostas classificadas.

4.1. A formulação de lances será efetuada, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico.

4.1.1. Os lances deverão ser formulados, em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, ou em valores distintos e decrescentes inferiores ao último valor apresentado pela própria licitante ofertante, observada, em ambos os casos, a redução mínima entre eles de: R$ 50,00 (cinquenta reais) para os lotes 01, 02, 03, 07, 09 e 11; R$ 500,00 (quinhentos reais) para os lotes 04, 05, 06, 08 e 10; e R$ 200,00 (duzentos reais) para o lote 12 – aplicável, inclusive, em relação ao primeiro formulado, prevalecendo o primeiro lance recebido quando ocorrerem 2 (dois) ou mais lances do mesmo valor.

4.2. A etapa de lances terá a duração de 15 (quinze) minutos.

4.2.1. A duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema, visando à continuidade da disputa, quando houver lance admissível ofertado nos últimos 3 (três) minutos do período de que trata o subitem 4.2 ou nos sucessivos períodos de prorrogação automática.

4.2.1.1. Não havendo novos lances ofertados, nas condições estabelecidas no subitem 4.2.1, a duração da prorrogação encerrar-se-á, automaticamente, quando atingido o terceiro minuto contado a partir do registro no sistema, do último lance que ensejar prorrogação.

4.3. No decorrer da etapa de lances, as licitantes serão informadas pelo sistema eletrônico:

a) dos lances admitidos e dos inválidos, horários de seus registros no sistema e respectivos valores;

b) do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.

4.4. A etapa de lances será considerada encerrada, findos os períodos de duração indicados no subitem 4.2.

5. Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória contendo a classificação final, em ordem crescente de valores.

5.1. Para essa classificação será considerado o último preço admitido de cada licitante.

6. Com base na classificação a que alude o subitem 5 deste ITEM V, será assegurado às licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal n° 11.488/2007 o exercício do direito de preferência quanto à contratação dos lotes 4, 5, 6, 8, 10 e 12 do Memorial Descritivo, observadas as seguintes regras:

6.1. A(s) microempresa(s), empresa(s) de pequeno porte, ou cooperativa(s) que preencha(m) as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei federal n° 11.488, de 15/06/2007, detentora(s) da(s) proposta(s) de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao(s) valor(es) da(s) proposta(s) melhor(es) classificada(s), será(ão) convocada(s) pelo pregoeiro, para que apresente(m) preço(s) inferior(es) ao(s) da(s) melhor(es) classificada(s), no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

6.1.1. A convocação recairá sobre a licitante vencedora de sorteio no caso de haver propostas empatadas, nas condições do subitem 6.1.

6.2. Não havendo a apresentação de novo(s) preço(s), inferior(es) ao(s) preço(s) da(s) proposta(s) melhor(es) classificada(s), serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas, empresas de pequeno porte, e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei federal n° 11.488, de 15/06/2007, cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no subitem 6.1.

6.3. Caso a(s) detentora(s) da(s) melhor(es) oferta(s), de acordo com a classificação de que trata o subitem 5, seja(m) microempresa(s), empresa(s) de pequeno porte, ou cooperativa(s) que preencha(m) as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei federal n° 11.488, de 15/06/2007, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do(s) preço(s).

7. O Pregoeiro poderá negociar com o(s) autor(es) da(s) oferta(s) de menor valor, obtida(s) com base nas disposições dos subitens 6.1 e 6.2, ou, na falta desta(s), com base na classificação de que trata o subitem 5, mediante troca de mensagens abertas no sistema, com vistas à redução do(s) preço(s).

8. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

8.1. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes apurados mediante pesquisa realizada por este Ministério Público, juntada aos autos.

9. Considerada(s) aceitável(is) a(s) oferta(s) de menor(es) preço(s), passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:

a) Verificação dos dados e das informações do autor da oferta aceita, constantes do CAUFESP e extraídos dos documentos indicados no ITEM IV deste edital.

b) caso os dados e informações constantes no CAUFESP não atendam aos requisitos estabelecidos no item IV deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações;

b.1) essa verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos, os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;

c) A licitante poderá suprir eventuais omissões ou sanear falhas relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos neste edital mediante a apresentação de documentos, preferencialmente por correio eletrônico a ser fornecido pelo Pregoeiro no “chat” do sistema ou por meio de ferramenta disponibilizada no “chat” (clicar no pictograma em forma de clipe, escolher o arquivo e clicar em “abrir”), desde que os envie no curso da própria sessão pública e antes de ser proferida decisão sobre a habilitação.

c.1) Sem prejuízo do disposto nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e” deste subitem 9, serão apresentadas, obrigatoriamente, pelos meios indicados na alínea “c”, acima, as declarações a que se refere o subitem 1.4 do ITEM IV - DA HABILITAÇÃO, bem como os demais documentos exigidos no aludido ITEM IV que não constarem do cadastro junto ao CAUFESP.

d) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere a alínea "b", ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a que se refere a alínea "c", ambas deste subitem 9, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista nas alíneas "b" e "c", a(s) licitante(s) será(ão) inabilitada(s), mediante decisão motivada;

e) Os originais ou as cópias autenticadas por tabelião de notas dos documentos enviados na forma indicada na alínea “c” deverão ser apresentados na Comissão Julgadora de Licitações, situada na Rua Riachuelo, 115, 5º andar, sala 510, São Paulo, SP, em até dois dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e da aplicação das penalidades cabíveis, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

e.1) Os documentos poderão ser apresentados em cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da Administração, ou por publicação em órgão da imprensa oficial.

f) A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista de microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal n° 11.488/2007 será exigida apenas para efeito de celebração da contratação. Não obstante, a apresentação de todas as certidões e documentos exigidos para a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será obrigatória na fase de habilitação, ainda que apresentem alguma restrição ou impedimento.

f.1) A prerrogativa tratada na alínea “f” abrange apenas a regularidade fiscal e trabalhista do licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal n° 11.488/07, não abrangendo os demais requisitos de habilitação exigidos neste edital, os quais deverão ser comprovados durante o certame licitatório e na forma prescrita neste subitem 9.

g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame;

h) Por meio de aviso lançado no sistema, o Pregoeiro informará às demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais da licitante vencedora utilizando opção disponibilizada no próprio sistema para tanto. O Pregoeiro deverá, ainda, informar o teor dos documentos recebidos por meio eletrônico.

i) Havendo necessidade de maior prazo para analisar os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat eletrônico a nova data e horário para sua continuidade.

10. A licitante habilitada nas condições da alínea “f” do supramencionado subitem 9 deverá comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de cinco dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

11. Ocorrendo a habilitação na forma indicada na alínea “f” do subitem 9, a sessão pública será suspensa pelo Pregoeiro, observados os prazos previstos no subitem 10, acima, para que a licitante vencedora possa comprovar a regularidade fiscal e trabalhista.

12. Por ocasião da retomada da sessão, o Pregoeiro decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal e trabalhista de que trata o subitem 10 ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação.

13. Se a oferta não for aceitável, se a licitante desatender às exigências para a habilitação ou não sendo saneada a irregularidade fiscal e trabalhista, nos moldes dos subitens 10 a 12 deste ITEM V, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação de que trata o subitem 5 deste ITEM V, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

14. Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar às licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste subitem.

15. O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar às licitantes a composição de preços unitários de serviços e/ou de materiais/equipamentos, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessários.

16. Conhecida a vencedora, o Pregoeiro consultará as demais classificadas para saber se aceitam executar o objeto da licitação pelo mesmo preço ofertado pelo primeiro colocado. Em seguida, observada a ordem de classificação, o Pregoeiro procederá ao julgamento da habilitação das licitantes que aceitaram executar o objeto pelo preço ofertado pelo primeiro colocado, nos termos dos supracitados subitens 9 a 13.

**VI - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

1. Divulgado o vencedor ou, se for o caso, saneada a irregularidade fiscal e trabalhista nos moldes dos subitens 10 a 13 do item V, o Pregoeiro informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema.

2. Havendo interposição de recurso, na forma indicada no subitem "1" deste item, o Pregoeiro, por mensagem lançada no sistema, informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões de recurso, no prazo de 3 (três) dias após o encerramento da sessão pública, e às demais licitantes que poderão apresentar contra razões, em igual número de dias, os quais começarão a correr do término do prazo para apresentação de memoriais, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, no endereço da unidade promotora da licitação, ou seja, Rua Riachuelo, 115 – 5º andar – sala 510 – Centro – São Paulo.

2.1. Os memoriais de recurso e as contra razões serão oferecidos por meio eletrônico, no sítio www.bec.sp.gov.br, opção RECURSO, e a apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo, na Rua Riachuelo, 115 – térreo – Centro – São Paulo, observados os prazos estabelecidos no subitem 2, deste item.

3. A falta de interposição do recurso na forma prevista no subitem 1 deste ITEM VI implicará a decadência do direito de recorrer, podendo o Pregoeiro declarar o vencedor do certame na própria sessão pública e, em seguida, propor à Autoridade Competente a homologação do procedimento licitatório.

4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

5. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6. A adjudicação será feita por lote.

**VII - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATAÇÕES**

1. A Ata de Registro de Preços será formalizada com observância do Ato Normativo nº 597/2009 - PGJ, de 1º de julho de 2009 e, no que couber, das disposições do Decreto Estadual nº 63.722/2018 e será subscrita pela autoridade que assinou o edital.

2. A Ata de Registro de Preços deverá registrar o preço e o fornecedor do produto, com observância da ordem de classificação, as quantidades e as condições que serão observadas nas futuras contratações.

3. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelos eventuais beneficiários no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a partir da convocação, que se dará por meio de publicação no Diário Oficial do Estado. O beneficiário que, tendo sido convocado para assinar a Ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado, será excluído do Sistema de Registro de Preços.

3.1. Terão preços registrados tanto o licitante vencedor, quanto os demais que aceitaram fornecer aos preços unitários daquele, desde que devidamente habilitados, respeitadas as quantidades licitadas e a ordem de classificação do certame.

4. Colhidas as assinaturas, este Ministério Público providenciará a imediata publicação da Ata e, se for o caso, do ato que promover a exclusão de que trata a parte final do subitem **3,** deste item VII.

5. O prazo de validade do Registro de Preços será de **12 (doze)** meses, contados a partir da data da publicação da respectiva Ata.

6. A existência de preços registrados não obriga este Ministério Público a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

7. Assegurados o contraditório e a ampla defesa, o fornecedor do bem terá seu Registro de Preços cancelado quando:

7.1. Presentes razões de interesse público devidamente fundamentadas.

7.2. Descumprir total ou parcialmente as condições do edital ou da Ata de Registro de Preços.

7.3. Recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido por este Ministério Público, sem justificativa aceitável.

7.4. Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àquele praticado no mercado.

7.5. For suspensa de licitar e/ou impedida de contratar nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02 e da Súmula nº 51 do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

7.6. For impedida de licitar e contratar nos termos do artigo 10 da Lei Federal nº 9.605/98 e impedida de contratar para os fins estabelecidos pela Lei Estadual nº 10.218/99.

7.7. For declarada inidônea pelo Poder Público e não reabilitada.

8. Independentemente das previsões retro indicadas, o fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu Registro de Preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

9. Os fornecedores incluídos na Ata de Registro de Preços estarão obrigados a fornecer, nas condições estabelecidas no ato convocatório, respectivos anexos e na própria ata.

10. Os pedidos de fornecimento ocorrerão de acordo com as necessidades deste Ministério Público e por meio da emissão de Nota(s) de Empenho.

**VIII - DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO**

1. À(s) licitante(s) caberá(ão) acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.

2. A desconexão do sistema eletrônico com o Pregoeiro, durante a sessão pública, implicará:

a) fora da etapa de lances, a sua suspensão e o seu reinício, desde o ponto em que foi interrompida. Neste caso, se a desconexão persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública deverá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa às licitantes de nova data e horário para a sua continuidade;

b) durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelas licitantes, até o término do período estabelecido no Edital.

3. A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

**IX - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DOS LOCAIS DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

1 - Deverá(ão) ser(em) apresentada(s) prova(s) preliminar(es) digitalizada(s), por e-mail, ou impressa(s) em folhas de papel sulfite, em 2 (duas) vias iguais, para fins de verificação e aprovação de estética; se necessário, deverá(ão) ser fornecida(s) amostra(s) (protótipo finalizado).

1.1. As amostras e/ou provas preliminares deverão ser fornecidas em até **15** (quinze) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil após o recebimento da nota de empenho ou do arquivo digital, conforme o caso.

2. As demais amostras ou provas preliminares, se necessárias, deverão ser apresentadas em até **15** (quinze) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil seguinte à data do recebimento da comunicação da recusa da amostra ou prova preliminar imediatamente anterior.

3. Prazo de entrega: a entrega do(s) material(is)/serviço(s) deverá ser efetuada em até **45** (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir das seguintes datas:

3.1.1. 1º pedido de fornecimento: a contar do primeiro dia útil seguinte à data do recebimento da comunicação da aprovação da prova preliminar, conforme o caso.

3.1.2. Demais pedidos de fornecimento: a contar do primeiro dia útil seguinte à data do recebimento da nota de empenho.

4. Local e endereço de e-mail de apresentação da(s) amostra(s) ou prova(s) preliminar(es), conforme o caso: Centro de Engenharia, situado à Rua Senador Feijó, 164/176 – 11º andar – Centro, *e-mail*: [alessandramacedo@mpsp.mp.br](mailto:alessandramacedo@mpsp.mp.br), contato: Alessandra Marchi Macedo, telefone: (11) 3116-0834.

5. As amostras deverão, obrigatoriamente, estar identificadas com os seguintes dados:

* Número e data do pregão;
* Número correspondente ao lote do edital;
* Razão social da licitante vencedora, endereço completo, número do telefone e fax, se tiver;
* Nome completo, número do telefone e fax, se tiver, do representante da licitante vencedora.

6. Local de entrega: dos lotes **01 a 03 e 07 a 12**, na Subárea de Almoxarifado, situada à Avenida Casa Verde, 571/593 – Casa Verde – São Paulo/SP, em dias úteis, das 9h às 16h - telefones: (11) 3775-4121/3775-4125.

6.1. Entrega dos lotes com instalação: dos lotes **04 a 06** nas localidades a serem definidas oportunamente, podendo abranger as seguintes cidades:

**RELAÇÃO DE LOCALIDADES COM UNIDADES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**(PROVÁVEIS LOCAIS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS)**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Cidade** | **Regional** | **km** | **item** |
| AMERICANA | PIRACICABA | 126 | ATÉ 150 KM |
| AMPARO | CAMPINAS | 138 | ATÉ 150 KM |
| ARTUR NOGUEIRA | CAMPINAS | 148 | ATÉ 150 KM |
| ARUJÁ | GRANDE SP II | 43 | ATÉ 150 KM |
| ATIBAIA | CAMPINAS | 67 | ATÉ 150 KM |
| BARUERI | GRANDE SP II | 30 | ATÉ 150 KM |
| BERTIOGA | SANTOS | 121 | ATÉ 150 KM |
| BOITUVA | SOROCABA | 120 | ATÉ 150 KM |
| BRAGANÇA PAULISTA | CAMPINAS | 88 | ATÉ 150 KM |
| BRÁS CUBAS | GRANDE SP II | 88 | ATÉ 150 KM |
| CABREÚVA | SOROCABA | 83 | ATÉ 150 KM |
| CAÇAPAVA | TAUBATÉ | 115 | ATÉ 150 KM |
| CAIEIRAS | GRANDE SP II | 37 | ATÉ 150 KM |
| CAJAMAR | GRANDE SP II | 38 | ATÉ 150 KM |
| CAMPINAS | CAMPINAS | 96 | ATÉ 150 KM |
| CAMPO LIMPO PAULISTA | CAMPINAS | 53 | ATÉ 150 KM |
| CAPIVARI | PIRACICABA | 136 | ATÉ 150 KM |
| CARAPICUÍBA | GRANDE SP II | 29 | ATÉ 150 KM |
| CERQUILHO | PIRACICABA | 136 | ATÉ 150 KM |
| COSMÓPOLIS | CAMPINAS | 138 | ATÉ 150 KM |
| COTIA | GRANDE SP II | 34 | ATÉ 150 KM |
| CUBATÃO | SANTOS | 68 | ATÉ 150 KM |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Cidade** | **Regional** | **km** | **item** |
| DIADEMA | GRANDE SP I | 19 | ATÉ 150 KM |
| EMBU DAS ARTES | GRANDE SP II | 28 | ATÉ 150 KM |
| EMBU GUAÇU | GRANDE SP II | 48 | ATÉ 150 KM |
| FERRAZ DE VASCONCELOS | GRANDE SP II | 52 | ATÉ 150 KM |
| FRANCISCO MORATO | GRANDE SP II | 48 | ATÉ 150 KM |
| FRANCO DA ROCHA | GRANDE SP II | 45 | ATÉ 150 KM |
| GUARAREMA | GRANDE SP II | 81 | ATÉ 150 KM |
| GUARUJÁ | SANTOS | 95 | ATÉ 150 KM |
| GUARULHOS | GRANDE SP II | 19 | ATÉ 150 KM |
| HORTOLÂNDIA | CAMPINAS | 114 | ATÉ 150 KM |
| IBIÚNA | SOROCABA | 73 | ATÉ 150 KM |
| INDAIATUBA | CAMPINAS | 103 | ATÉ 150 KM |
| ITANHAÉM | SANTOS | 112 | ATÉ 150 KM |
| ITAPECERICA DA SERRA | GRANDE SP II | 35 | ATÉ 150 KM |
| ITAPEVI | GRANDE SP II | 39 | ATÉ 150 KM |
| ITAQUAQUECETUBA | GRANDE SP II | 43 | ATÉ 150 KM |
| ITATIBA | CAMPINAS | 86 | ATÉ 150 KM |
| ITU | SOROCABA | 101 | ATÉ 150 KM |
| ITUPEVA | CAMPINAS | 73 | ATÉ 150 KM |
| JACAREÍ | TAUBATÉ | 82 | ATÉ 150 KM |
| JAGUARIUNA | CAMPINAS | 125 | ATÉ 150 KM |
| JANDIRA | GRANDE SP II | 36 | ATÉ 150 KM |
| JARINU | CAMPINAS | 70 | ATÉ 150 KM |
| JUNDIAÍ | CAMPINAS | 60 | ATÉ 150 KM |
| LIMEIRA | PIRACICABA | 150 | ATÉ 150 KM |
| LOUVEIRA | CAMPINAS | 72 | ATÉ 150 KM |
| MAIRINQUE | SOROCABA | 71 | ATÉ 150 KM |
| MAIRIPORÃ | GRANDE SP II | 41 | ATÉ 150 KM |
| MAUÁ | GRANDE SP I | 27 | ATÉ 150 KM |
| MIRACATU | VALE DO RIBEIRA | 140 | ATÉ 150 KM |
| MOGI DAS CRUZES | GRANDE SP II | 63 | ATÉ 150 KM |
| MONGAGUÁ | SANTOS | 95 | ATÉ 150 KM |
| MONTE MOR | PIRACICABA | 121 | ATÉ 150 KM |
| NAZARÉ PAULISTA | CAMPINAS | 90 | ATÉ 150 KM |
| NOVA ODESSA | CAMPINAS | 124 | ATÉ 150 KM |
| OSASCO | GRANDE SP II | 24 | ATÉ 150 KM |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Cidade** | **Regional** | **km** | **item** |
| PARAIBUNA | TAUBATÉ | 125 | ATÉ 150 KM |
| PAULÍNIA | CAMPINAS | 119 | ATÉ 150 KM |
| PEDREIRA | CAMPINAS | 137 | ATÉ 150 KM |
| PERUÍBE | SANTOS | 141 | ATÉ 150 KM |
| PIEDADE | SOROCABA | 104 | ATÉ 150 KM |
| PILAR DO SUL | SOROCABA | 149 | ATÉ 150 KM |
| PINDAMONHANGABA | TAUBATÉ | 146 | ATÉ 150 KM |
| PINHALZINHO | CAMPINAS | 114 | ATÉ 150 KM |
| PIRACAIA | CAMPINAS | 90 | ATÉ 150 KM |
| POÁ | GRANDE SP II | 48 | ATÉ 150 KM |
| PORTO FELIZ | SOROCABA | 117 | ATÉ 150 KM |
| PRAIA GRANDE | SANTOS | 76 | ATÉ 150 KM |
| RIBEIRÃO PIRES | GRANDE SP I | 35 | ATÉ 150 KM |
| RIO GRANDE DA SERRA | GRANDE SP I | 49 | ATÉ 150 KM |
| SALESÓPOLIS | TAUBATÉ | 109 | ATÉ 150 KM |
| SALTO | SOROCABA | 104 | ATÉ 150 KM |
| SALTO DE PIRAPORA | SOROCABA | 122 | ATÉ 150 KM |
| SANTA BÁRBARA D’OESTE | PIRACICABA | 138 | ATÉ 150 KM |
| SANTA BRANCA | TAUBATÉ | 97 | ATÉ 150 KM |
| SANTA ISABEL | GRANDE SP II | 57 | ATÉ 150 KM |
| SANTANA DO PARNAÍBA | GRANDE SP II | 42 | ATÉ 150 KM |
| SANTO ANDRÉ | GRANDE SP I | 22 | ATÉ 150 KM |
| SANTOS | SANTOS | 77 | ATÉ 150 KM |
| SÃO BERNARDO DO CAMPO | GRANDE SP I | 22 | ATÉ 150 KM |
| SÃO CAETANO DO SUL | GRANDE SP I | 13 | ATÉ 150 KM |
| SÃO JOSÉ DOS CAMPOS | TAUBATÉ | 94 | ATÉ 150 KM |
| SÃO PAULO | CAPITAL | 0 | ATÉ 150 KM |
| SÃO ROQUE | SOROCABA | 62 | ATÉ 150 KM |
| SÃO VICENTE | SANTOS | 70 | ATÉ 150 KM |
| SERRA NEGRA | CAMPINAS | 142 | ATÉ 150 KM |
| SOCORRO | CAMPINAS | 138 | ATÉ 150 KM |
| SOROCABA | SOROCABA | 95 | ATÉ 150 KM |
| SUMARÉ | CAMPINAS | 121 | ATÉ 150 KM |
| SUZANO | GRANDE SP II | 52 | ATÉ 150 KM |
| TABOÃO DA SERRA | GRANDE SP II | 18 | ATÉ 150 KM |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Cidade** | **Regional** | **km** | **item** |
| TATUÍ | SOROCABA | 140 | ATÉ 150 KM |
| TAUBATÉ | TAUBATÉ | 130 | ATÉ 150 KM |
| TIETÊ | SOROCABA | 145 | ATÉ 150 KM |
| TREMEMBÉ | TAUBATÉ | 135 | ATÉ 150 KM |
| VALINHOS | CAMPINAS | 89 | ATÉ 150 KM |
| VARGEM GRANDE PAULISTA | GRANDE SP II | 45 | ATÉ 150 KM |
| VÁRZEA PAULISTA | CAMPINAS | 54 | ATÉ 150 KM |
| VINHEDO | CAMPINAS | 83 | ATÉ 150 KM |
| VOTORANTIM | SOROCABA | 106 | ATÉ 150 KM |
| AGUAÍ | CAMPINAS | 197 | 151 À 350 KM |
| ÁGUAS DE LINDÓIA | CAMPINAS | 163 | 151 À 350 KM |
| AGUDOS | BAURU | 311 | 151 À 350 KM |
| ALTINÓPOLIS | FRANCA | 336 | 151 À 350 KM |
| AMÉRICO BRASILIENSE | RIBEIRÃO PRETO | 299 | 151 À 350 KM |
| ANGATUBA | SOROCABA | 213 | 151 À 350 KM |
| APARECIDA | TAUBATÉ | 171 | 151 À 350 KM |
| APIAÍ | SOROCABA | 322 | 151 À 350 KM |
| ARARAQUARA | RIBEIRÃO PRETO | 288 | 151 À 350 KM |
| ARARAS | PIRACICABA | 189 | 151 À 350 KM |
| AVARÉ | BAURU | 263 | 151 À 350 KM |
| BANANAL | TAUBATÉ | 316 | 151 À 350 KM |
| BARIRI | BAURU | 337 | 151 À 350 KM |
| BARRA BONITA | BAURU | 282 | 151 À 350 KM |
| BAURU | BAURU | 326 | 151 À 350 KM |
| BOTUCATU | BAURU | 235 | 151 À 350 KM |
| BROTAS | PIRACICABA | 261 | 151 À 350 KM |
| BURI | SOROCABA | 268 | 151 À 350 KM |
| CACHOEIRA PAULISTA | TAUBATÉ | 206 | 151 À 350 KM |
| CACONDE | RIBEIRÃO PRETO | 296 | 151 À 350 KM |
| CAJURU | RIBEIRÃO PRETO | 303 | 151 À 350 KM |
| CAMPOS DE JORDÃO | TAUBATÉ | 173 | 151 À 350 KM |
| CANANÉIA | VALE DO RIBEIRA | 265 | 151 À 350 KM |
| CAPÃO BONITO | SOROCABA | 230 | 151 À 350 KM |
| CARAGUATATUBA | TAUBATÉ | 178 | 151 À 350 KM |
| CASA BRANCA | RIBEIRÃO PRETO | 232 | 151 À 350 KM |
| CERQUEIRA CESAR | BAURU | 290 | 151 À 350 KM |
| CONCHAL | CAMPINAS | 180 | 151 À 350 KM |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Cidade** | **Regional** | **km** | **item** |
| CONCHAS | PIRACICABA | 176 | 151 À 350 KM |
| CORDEIRÓPOLIS | PIRACICABA | 175 | 151 À 350 KM |
| CRAVINHOS | RIBEIRÃO PRETO | 313 | 151 À 350 KM |
| CRUZEIRO | TAUBATÉ | 220 | 151 À 350 KM |
| CUNHA | TAUBATÉ | 225 | 151 À 350 KM |
| DESCALVADO | RIBEIRÃO PRETO | 261 | 151 À 350 KM |
| DOIS CÓRREGOS | BAURU | 262 | 151 À 350 KM |
| ELDORADO | VALE DO RIBEIRA | 247 | 151 À 350 KM |
| ESPÍRITO SANTO DO PINHAL | CAMPINAS | 192 | 151 À 350 KM |
| GUARATINGUETÁ | TAUBATÉ | 175 | 151 À 350 KM |
| IBATÉ | RIBEIRÃO PRETO | 262 | 151 À 350 KM |
| IGUAPE | VALE DO RIBEIRA | 202 | 151 À 350 KM |
| ILHABELA | TAUBATÉ | 207 | 151 À 350 KM |
| IPAUSSU | BAURU | 343 | 151 À 350 KM |
| ITABERÁ | SOROCABA | 322 | 151 À 350 KM |
| ITAÍ | BAURU | 301 | 151 À 350 KM |
| ITAPETININGA | SOROCABA | 170 | 151 À 350 KM |
| ITAPEVA | SOROCABA | 289 | 151 À 350 KM |
| ITAPIRA | CAMPINAS | 166 | 151 À 350 KM |
| ITARARÉ | SOROCABA | 345 | 151 À 350 KM |
| ITARIRI | VALE DO RIBEIRA | 156 | 151 À 350 KM |
| ITATINGA | BAURU | 220 | 151 À 350 KM |
| ITIRAPINA | PIRACICABA | 227 | 151 À 350 KM |
| JACUPIRANGA | VALE DO RIBEIRA | 221 | 151 À 350 KM |
| JAÚ | BAURU | 313 | 151 À 350 KM |
| JUQUIÁ | VALE DO RIBEIRA | 161 | 151 À 350 KM |
| LARANJAL PAULISTA | PIRACICABA | 154 | 151 À 350 KM |
| LEME | PIRACICABA | 209 | 151 À 350 KM |
| LENÇOIS PAULISTA | BAURU | 285 | 151 À 350 KM |
| LORENA | TAUBATÉ | 190 | 151 À 350 KM |
| MACATUBA | BAURU | 296 | 151 À 350 KM |
| MATÃO | RIBEIRÃO PRETO | 326 | 151 À 350 KM |
| MOCOCA | RIBEIRÃO PRETO | 265 | 151 À 350 KM |
| MOGI GUAÇU | CAMPINAS | 164 | 151 À 350 KM |
| MOJI MIRIM | CAMPINAS | 153 | 151 À 350 KM |
| NATIVIDADE DA SERRA | TAUBATÉ | 185 | 151 À 350 KM |
| PARANAPANEMA | BAURU | 260 | 151 À 350 KM |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Cidade** | **Regional** | **km** | **item** |
| PARIQUERA-AÇU | VALE DO RIBEIRA | 219 | 151 À 350 KM |
| PEDERNEIRAS | BAURU | 319 | 151 À 350 KM |
| PIQUETE | TAUBATÉ | 210 | 151 À 350 KM |
| PIRACICABA | PIRACICABA | 164 | 151 À 350 KM |
| PIRAJU | BAURU | 335 | 151 À 350 KM |
| PIRASSUNUNGA | RIBEIRÃO PRETO | 230 | 151 À 350 KM |
| PIRATININGA | BAURU | 334 | 151 À 350 KM |
| PORANGABA | PIRACICABA | 170 | 151 À 350 KM |
| PORTO FERREIRA | RIBEIRÃO PRETO | 252 | 151 À 350 KM |
| QUELUZ | TAUBATÉ | 235 | 151 À 350 KM |
| REGISTRO | VALE DO RIBEIRA | 191 | 151 À 350 KM |
| RIBEIRÃO BONITO | RIBEIRÃO PRETO | 279 | 151 À 350 KM |
| RIBEIRÃO PRETO | RIBEIRÃO PRETO | 336 | 151 À 350 KM |
| RIO CLARO | PIRACICABA | 190 | 151 À 350 KM |
| RIO DAS PEDRAS | PIRACICABA | 158 | 151 À 350 KM |
| ROSEIRA | TAUBATÉ | 161 | 151 À 350 KM |
| SANTA CRUZ DA PALMEIRAS | RIBEIRÃO PRETO | 261 | 151 À 350 KM |
| SANTA CRUZ DO RIO PARDO | BAURU | 342 | 151 À 350 KM |
| SANTA RITA DO PASSA QUATRO | RIBEIRÃO PRETO | 271 | 151 À 350 KM |
| SANTA ROSA DE VITERVO | RIBEIRÃO PRETO | 302 | 151 À 350 KM |
| SÃO BENTO DO SAPUCAÍ | TAUBATÉ | 169 | 151 À 350 KM |
| SÃO CARLOS | RIBEIRÃO PRETO | 255 | 151 À 350 KM |
| SÃO JOÃO DA BOA VISTA | CAMPINAS | 218 | 151 À 350 KM |
| SÃO JOSÉ DO RIO PARDO | RIBEIRÃO PRETO | 257 | 151 À 350 KM |
| SÃO LUIZ DO PARAITINGA | TAUBATÉ | 171 | 151 À 350 KM |
| SÃO MANUEL | BAURU | 258 | 151 À 350 KM |
| SÃO MIGUEL ARCANJO | SOROCABA | 183 | 151 À 350 KM |
| SÃO PEDRO | PIRACICABA | 191 | 151 À 350 KM |
| SÃO SEBASTIÃO | TAUBATÉ | 197 | 151 À 350 KM |
| SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA | RIBEIRÃO PRETO | 253 | 151 À 350 KM |
| SÃO SIMÃO | RIBEIRÃO PRETO | 300 | 151 À 350 KM |
| SERRANA | RIBEIRÃO PRETO | 338 | 151 À 350 KM |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Cidade** | **Regional** | **km** | **item** |
| TAMBAÚ | RIBEIRÃO PRETO | 274 | 151 À 350 KM |
| TAQUARITINGA | RIBEIRÃO PRETO | 348 | 151 À 350 KM |
| TAQUARITUBA | BAURU | 327 | 151 À 350 KM |
| UBATUBA | TAUBATÉ | 223 | 151 À 350 KM |
| VARGEM GRANDE DO SUL | CAMPINAS | 235 | 151 À 350 KM |
| ADAMANTINA | PRESIDENTE PRUDENTE | 582 | 351 À 760 KM |
| ANDRADINA | ARAÇATUBA | 630 | 351 À 760 KM |
| ARAÇATUBA | ARAÇATUBA | 524 | 351 À 760 KM |
| ASSIS | PRESIDENTE PRUDENTE | 434 | 351 À 760 KM |
| AURIFLAMA | SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | 582 | 351 À 760 KM |
| BARRETOS | SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | 440 | 351 À 760 KM |
| BASTOS | PRESIDENTE PRUDENTE | 542 | 351 À 760 KM |
| BATATAIS | FRANCA | 368 | 351 À 760 KM |
| BEBEDOURO | RIBEIRÃO PRETO | 395 | 351 À 760 KM |
| BILAC | ARAÇATUBA | 523 | 351 À 760 KM |
| BIRIGUI | ARAÇATUBA | 507 | 351 À 760 KM |
| BORBOREMA | BAURU | 391 | 351 À 760 KM |
| BRODOWSKI | RIBEIRÃO PRETO | 357 | 351 À 760 KM |
| BURITAMA | ARAÇATUBA | 535 | 351 À 760 KM |
| CAFELÂNDIA | ARAÇATUBA | 411 | 351 À 760 KM |
| CANDIDO MOTA | PRESIDENTE PRUDENTE | 428 | 351 À 760 KM |
| CARDOSO | SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | 575 | 351 À 760 KM |
| CATANDUVA | SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | 396 | 351 À 760 KM |
| CHAVANTES | BAURU | 353 | 351 À 760 KM |
| COLINA | SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | 424 | 351 À 760 KM |
| DRACENA | PRESIDENTE PRUDENTE | 632 | 351 À 760 KM |
| DUARTINA | BAURU | 363 | 351 À 760 KM |
| ESTRELA D’OESTE | SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | 584 | 351 À 760 KM |
| FARTURA | BAURU | 353 | 351 À 760 KM |
| FERNANDÓPOLIS | SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | 567 | 351 À 760 KM |
| FLÓRIDA PAULISTA | PRESIDENTE PRUDENTE | 592 | 351 À 760 KM |
| FRANCA | FRANCA | 416 | 351 À 760 KM |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Cidade** | **Regional** | **km** | **item** |
| GÁLIA | BAURU | 392 | 351 À 760 KM |
| GARÇA | BAURU | 401 | 351 À 760 KM |
| GENERAL SALGADO | SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | 556 | 351 À 760 KM |
| GETULINA | ARAÇATUBA | 456 | 351 À 760 KM |
| GUAÍRA | FRANCA | 463 | 351 À 760 KM |
| GUARÁ | FRANCA | 415 | 351 À 760 KM |
| GUARARAPES | ARAÇATUBA | 541 | 351 À 760 KM |
| GUARIBA | RIBEIRÃO PRETO | 353 | 351 À 760 KM |
| IBITINGA | BAURU | 361 | 351 À 760 KM |
| IEPÊ | PRESIDENTE PRUDENTE | 516 | 351 À 760 KM |
| IGARAPAVA | FRANCA | 459 | 351 À 760 KM |
| ILHA SOLTEIRA | ARAÇATUBA | 674 | 351 À 760 KM |
| IPUÃ | FRANCA | 424 | 351 À 760 KM |
| ITAJOBI | SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | 405 | 351 À 760 KM |
| ITÁPOLIS | BAURU | 365 | 351 À 760 KM |
| ITAPORANGA | SOROCABA | 363 | 351 À 760 KM |
| ITUVERAVA | FRANCA | 428 | 351 À 760 KM |
| JABOTICABAL | RIBEIRÃO PRETO | 358 | 351 À 760 KM |
| JALES | SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | 601 | 351 À 760 KM |
| JARDINÓPOLIS | RIBEIRÃO PRETO | 354 | 351 À 760 KM |
| JOSÉ BONIFÁCIO | SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | 496 | 351 À 760 KM |
| JUNQUEIRÓPOLIS | PRESIDENTE PRUDENTE | 623 | 351 À 760 KM |
| LINS | ARAÇATUBA | 429 | 351 À 760 KM |
| LUCÉLIA | PRESIDENTE PRUDENTE | 574 | 351 À 760 KM |
| MACAUBAL | SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | 526 | 351 À 760 KM |
| MARACAÍ | PRESIDENTE PRUDENTE | 462 | 351 À 760 KM |
| MARÍLIA | BAURU | 438 | 351 À 760 KM |
| MARTINÓPOLIS | PRESIDENTE PRUDENTE | 539 | 351 À 760 KM |
| MIGUELÓPOLIS | FRANCA | 456 | 351 À 760 KM |
| MIRANDÓPOLIS | ARAÇATUBA | 594 | 351 À 760 KM |
| MIRANTE DO PARANAPANEMA | PRESIDENTE PRUDENTE | 616 | 351 À 760 KM |
| MIRASSOL | SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | 467 | 351 À 760 KM |
| MONTE ALTO | RIBEIRÃO PRETO | 374 | 351 À 760 KM |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Cidade** | **Regional** | **km** | **item** |
| MONTE APRAZÍVEL | SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | 489 | 351 À 760 KM |
| MONTE AZUL PAULISTA | SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | 417 | 351 À 760 KM |
| MORRO AGUDO | FRANCA | 395 | 351 À 760 KM |
| NEVES PAULISTA | SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | 485 | 351 À 760 KM |
| NHANDEARA | SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | 523 | 351 À 760 KM |
| NOVA GRANADA | SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | 487 | 351 À 760 KM |
| NOVO HORIZONTE | SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | 413 | 351 À 760 KM |
| NUPORANGA | FRANCA | 391 | 351 À 760 KM |
| OLÍMPIA | SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | 453 | 351 À 760 KM |
| ORLÂNDIA | FRANCA | 380 | 351 À 760 KM |
| OSWALDO CRUZ | PRESIDENTE PRUDENTE | 559 | 351 À 760 KM |
| OURINHOS | BAURU | 370 | 351 À 760 KM |
| OUROESTE | SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | 602 | 351 À 760 KM |
| PACAEMBU | PRESIDENTE PRUDENTE | 602 | 351 À 760 KM |
| PALESTINA | SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | 506 | 351 À 760 KM |
| PALMEIRA D’OESTE | SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | 628 | 351 À 760 KM |
| PALMITAL | BAURU | 414 | 351 À 760 KM |
| PANORAMA | PRESIDENTE PRUDENTE | 670 | 351 À 760 KM |
| PARAGUAÇU PAULISTA | PRESIDENTE PRUDENTE | 467 | 351 À 760 KM |
| PATROCÍNIO PAULISTA | FRANCA | 430 | 351 À 760 KM |
| PAULO DE FARIA | SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | 546 | 351 À 760 KM |
| PEDREGULHO | FRANCA | 455 | 351 À 760 KM |
| PENÁPOLIS | ARAÇATUBA | 477 | 351 À 760 KM |
| PEREIRA BARRETO | ARAÇATUBA | 635 | 351 À 760 KM |
| PIRAJUÍ | BAURU | 385 | 351 À 760 KM |
| PIRANGI | RIBEIRÃO PRETO | 394 | 351 À 760 KM |
| PIRAPOZINHO | PRESIDENTE PRUDENTE | 574 | 351 À 760 KM |
| PITANGUEIRAS | RIBEIRÃO PRETO | 387 | 351 À 760 KM |
| POMPÉIA | BAURU | 467 | 351 À 760 KM |
| PONTAL | RIBEIRÃO PRETO | 374 | 351 À 760 KM |
| POTIRENDABA | SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | 447 | 351 À 760 KM |
| **Cidade** | **Regional** | **km** | **item** |
| PRESIDENTE BERNARDES | PRESIDENTE PRUDENTE | 578 | 351 À 760 KM |
| PRESIDENTE EPITÁCIO | PRESIDENTE PRUDENTE | 647 | 351 À 760 KM |
| PRESIDENTE PRUDENTE | PRESIDENTE PRUDENTE | 558 | 351 À 760 KM |
| PRESIDENTE VENCESLAU | PRESIDENTE PRUDENTE | 610 | 351 À 760 KM |
| PROMISSÃO | ARAÇATUBA | 451 | 351 À 760 KM |
| QUATÁ | PRESIDENTE PRUDENTE | 491 | 351 À 760 KM |
| RANCHARIA | PRESIDENTE PRUDENTE | 509 | 351 À 760 KM |
| REGENTE FEIJÓ | PRESIDENTE PRUDENTE | 547 | 351 À 760 KM |
| ROSANA | PRESIDENTE PRUDENTE | 755 | 351 À 760 KM |
| SANTA ADÉLIA | SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | 385 | 351 À 760 KM |
| SANTA FÉ DO SUL | SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | 642 | 351 À 760 KM |
| SANTO ANASTÁCIO | PRESIDENTE PRUDENTE | 587 | 351 À 760 KM |
| SÃO JOAQUIM DA BARRA | FRANCA | 399 | 351 À 760 KM |
| SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | 454 | 351 À 760 KM |
| SERTÃOZINHO | RIBEIRÃO PRETO | 356 | 351 À 760 KM |
| TABAPUÃ | SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | 424 | 351 À 760 KM |
| TANABI | SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | 493 | 351 À 760 KM |
| TEODORO SAMPAIO | PRESIDENTE PRUDENTE | 660 | 351 À 760 KM |
| TUPÃ | PRESIDENTE PRUDENTE | 514 | 351 À 760 KM |
| TUPI PAULISTA | PRESIDENTE PRUDENTE | 645 | 351 À 760 KM |
| URÂNIA | SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | 610 | 351 À 760 KM |
| URUPÊS | SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | 435 | 351 À 760 KM |
| VALPARAÍSO | ARAÇATUBA | 563 | 351 À 760 KM |
| VIRADOURO | RIBEIRÃO PRETO | 416 | 351 À 760 KM |
| VOTUPORANGA | SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | 537 | 351 À 760 KM |

7. Após o recebimento e até a data de emissão do Termo de Aceite, não serão devolvidas e/ou substituídas quaisquer amostras. Dessa forma, as amostras da(s) licitante(s) vencedora(s) não serão devolvidas até o recebimento definitivo da totalidade dos materiais, tendo em vista que servirão de base comparativa para as demais entregas e para o aceite definitivo pelo Ministério Público.

**X - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

1. Após a entrega dos materiais, o Ministério Público do Estado de São Paulo os submeterá à verificação quanto às especificações e qualidade. A verificação será realizada a critério desta Instituição, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, quando será emitido o Termo de Aceite Definitivo.

2. Ressalta-se a importância de não haver divergência entre os materiais entregue e os materiais especificados na proposta comercial. Se isso ocorrer após a verificação, com materiais fora do especificado, a empresa deverá substituir o(s) material(ais) em, no máximo, 10 (dez) dias contados do recebimento da comunicação da recusa.

3. Nas operações internas (fornecedores e prestadores de serviços contribuintes do ICMS no Estado de São Paulo), deverá ser observado, quando da entrega dos objetos contratado, a correta emissão da Nota Fiscal, nos termos do Decreto Estadual nº. 48.034/2003, de 19 de agosto de 2003 e demais normas aplicáveis à espécie.

4. As licitantes deverão atentar, no que couber, para as disposições do Código de Defesa do Consumidor.

**XI - DOS PREÇOS**

1. Nos preços registrados deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, tais como: embalagem, transporte, seguros, despachos, fretes, encargos sociais, trabalhistas ou previdenciários, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.

2. Os preços registrados permanecerão fixos e irreajustáveis, salvo se se tornarem superiores aos praticados no mercado, conforme levantamento a ser realizado pela Administração, hipótese em que os fornecedores registrados serão convocados para a redução dos preços, nos termos do Ato (N) nº 597/2009 - PGJ, de 1º de julho de 2009, e do disposto no Decreto Estadual nº 63.722/2018.

3. Quando o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, caberá ao fornecedor, comprovando o desequilíbrio econômico-financeiro, apresentar proposta de revisão ao Ministério Público, nos termos do artigo 14 do Ato (N) nº 597/2009 - PGJ.

**XII - DA CONTRATAÇÃO**

1. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante a emissão de nota de empenho.

1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo fornecedor para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista estiver com o prazo de validade expirado, este Ministério Público verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

1.2. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, o fornecedor será notificado para, no prazo de cinco dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o subitem acima, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN ESTADUAL.

1.4. Com a finalidade de verificar o eventual descumprimento pelo licitante das condições de participação previstas no subitem 1.3 do ITEM II deste edital, serão consultados, previamente à celebração da contratação, os seguintes cadastros:

1.4.1. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas - e-Sanções ([www.esancoes.sp.gov.br](http://www.esancoes.sp.gov.br)).

1.4.2. Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas ([www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis](http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis)).

1.4.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, do CNJ ([www.cnj.jus.br/improbidade\_adm/consultar\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)), devendo ser consultados o nome da pessoa jurídica licitante e de seu sócio majoritário (art. 12 da Lei Federal n° 8.429/1992).

1.5. Constitui, igualmente, condição para a celebração da contratação:

a) A indicação de gestor encarregado de representar o fornecedor com exclusividade perante o contratante, caso se trate de sociedade cooperativa.

2. No prazo de cinco dias corridos contados da data da convocação, que se dará por meio de publicação no DOE, o fornecedor deverá comparecer à Área de Compras deste Ministério Público, situada na Rua Riachuelo, 115, 5º andar, sala 516, São Paulo, SP, para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico.

2.1. O prazo indicado no subitem 2 poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo indicado no subitem 2 importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

3.1. Serão convocados os demais licitantes classificados para participar de nova sessão pública do Pregão com vistas à celebração da contratação, quando a(s) DETENTORA(s):

a) Se recusar(em) a assinar a Ata de Registro de Preços ou quando convocada(s) à assinatura, dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar(em) comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, ou não atender(em) a todas as condições para a celebração da contratação.

b) No caso de microempresa(s) e/ou empresa(s) de pequeno porte e/ou cooperativa(s) que atenda(m) ao disposto no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007 declarada(s) vencedora(s) com irregularidade fiscal e/ou trabalhista nos termos da Lei Complementar nº 123/06, e alterações, deixar(em) de apresentar a documentação de regularidade fiscal e trabalhista para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços.

c) Na hipótese de invalidação do ato de habilitação com base no disposto nas alíneas “e” e “e.1” do subitem 9 do ITEM V deste edital.

3.2. A nova sessão será realizada em prazo não inferior a três dias úteis, contados da divulgação do aviso.

3.3. A divulgação do aviso ocorrerá por publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo e nos endereços eletrônicos www.bec.sp.gov.br e www.mpsp.mp.br.

3.4. Na sessão, respeitada a ordem de classificação, passar-se-á diretamente à fase de negociação

4. A despesa decorrente da presente licitação irá onerar recursos do Elemento 339039.83 - Serviços Gráficos, UGE 270101 - Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, Atividade 595 - Defesa dos Interesses Sociais.

**XIII - DA FORMA DE PAGAMENTO**

1. O pagamento será efetuado no 30º (trigésimo) dia a contar da data de emissão do Termo de Aceite Definitivo, a ser efetuado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, e se processará mediante crédito em conta corrente da licitante vencedora no Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação vigente.

2. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

3. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da Contratada no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo - CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento.

4. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada no Banco do Brasil S/A.

5. Havendo atraso nos pagamentos, sobre o valor devido incidirá correção monetária nos termos do artigo 74 da Lei estadual n° 6.544/1989, bem como juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado.

6. Deverá ser observada a obrigatoriedade da emissão da nota fiscal eletrônica (NF-e), conforme o caso e nos termos da legislação em vigor.

**XIV - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO**

1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, a pessoa física ou jurídica que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7° da Lei federal n° 10.520, de 17 de julho de 2002, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.

2. A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas no ATO (N) n° 308/2003-PGJ., de 18 de março de 2003, Anexo VII, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP e no “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções”, no endereço [www.esancoes.sp.gov.br](http://www.esancoes.sp.gov.br) , e também no “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>.

3. De acordo com artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações, combinado com o artigo 2º do Ato (N) nº 308/2003 - PGJ, a recusa injustificada da licitante vencedora em assinar a Ata de Registro de Preços e/ou aceitar ou retirar a nota de empenho, dentro dos prazos estabelecidos neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a a multa correspondente a 40% do valor do respectivo ajuste e ao cancelamento de seu Registro de Preços, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

4. Quando aplicada a multa, essa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou recolhida, conforme disposto no artigo 10 e seu parágrafo único, ambos do Ato (N) n.º 308/2003-PGJ, de 18 de março de 2003.

5. As multas serão independentes, sendo aplicadas cumulativamente, não tendo caráter compensatório e, portanto, não eximem a licitante vencedora da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que vierem a acarretar.

6. A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 e do Decreto Estadual nº 60.106/2014, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas nos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/1993 e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

**XV - DA GARANTIA CONTRATUAL**

Nos termos do disposto no artigo 56 da Lei Federal nº 8.666/93, não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

**XVI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
2. Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, observado o disposto no artigo 14, inciso IX, do regulamento anexo à Resolução CC-27/2006, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio.
3. O sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes, para o Pregoeiro até a etapa de negociação com o(s) autor(es) da(s) melhor(es) oferta(s) e para os demais até a etapa de habilitação.
4. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados no Diário Oficial do Estado e nos sítios eletrônicos [www.imesp.com.br](http://www.imesp.com.br), opção "enegociospublicos" e [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br) opção "pregaoeletronico".

5. Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá, por meio do sistema eletrônico, solicitar esclarecimentos, informações ou impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico.

5.1. A impugnação, assim como os pedidos de esclarecimentos e informações, será formulada em campo próprio do sistema, encontrado na opção EDITAL.

5.2. As impugnações serão decididas pelo subscritor do edital e os pedidos de esclarecimentos respondidos pelo Pregoeiro até o dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública, se for o caso.

5.4. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão entranhadas aos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

5.5. A ausência de impugnação implicará a aceitação tácita, pela licitante, das condições previstas neste edital e em seus anexos.

5.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

5.6.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

5.6.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

6. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro, e as questões relativas ao sistema, pelo Departamento de Controle de Contratações Eletrônicas - DCC.

7. Integram o presente Edital:

|  |  |
| --- | --- |
| a) Anexo 1 – | Memorial Descritivo; |
| b) Anexo 2 – | Modelo de Declaração de situação regular perante o Ministério do Trabalho; |
| c) Anexo 3 – | Modelo de Declaração de Inexistência de Superveniência de Fato Impeditivo à Participação em Licitações promovidas por Órgãos ou Entidades Públicas; |
| d) Anexo 4 – | Modelo de Declaração de Inexistência de Parentesco; |
| e) Anexo 5 – | Minuta da Ata de Registro de Preços; |
| f) Anexo 6 – | Estimativa de Aquisição e Preços Máximos; |
| g) Anexo 7 – | ATO (N) nº 308 / 2003 – P.G.J., de 18 de março de 2003. |
| h) Anexo 8 – | Modelo de Declaração de elaboração independente de proposta e atuação conforme ao Marco Legal Anticorrupção, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014. |
| i) Anexo 9 – | Resolução nº 37, de 28 de abril de 2009, alterada pela Resolução nº 172, de 04 de julho de 2017, ambas do Conselho Nacional do Ministério Público. |

8. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

9. As licitantes deverão atentar para as disposições constantes da Resolução CNMP nº 86, de 21 de março de 2012, ou por qualquer outra que venha a substituí-la, em especial às determinações indicadas em seu art. 5º, II, “e” e “n”.

10. As licitantes deverão atender prontamente às solicitações do Ministério Público do Estado de São Paulo sempre que necessário, a fim de dar cumprimento à Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público, acima mencionada.

São Paulo, 12 de dezembro de 2019.

**RICARDO DE BARROS LEONEL**

Promotor de Justiça

Diretor-Geral

**ANEXO 1**

**MEMORIAL DESCRITIVO**

**OBJETO:** A presente licitação tem por objeto aseleção de propostas visando ao **REGISTRO DE PREÇOS** para contratação de serviços para **confecção de placas, sinalizadores e totem,** destinados a atender às necessidades desta Instituição.

**LOTES: 01 A 03 SEM INSTALAÇÃO**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Descrição do Serviço** | | | |
| **Lote**  **1** | **PLACA DE SINALIZAÇÃO INTERNA EM ACRÍLICO CRISTAL,**  execução conforme layout. Será fornecido pela Instituição o arquivo vetorizado da logomarca com o nome da Instituição. Não será fornecido fotolito. Não serão aceitas peças adesivadas. Conforme subitens abaixo.  **Deverá ser apresentada prova preliminar digitalizada para aprovação; se necessário, deverá ser fornecida amostra.** | |
| **Subitem**  **1.1** | Composta de estrutura de acrílico cristal, com espessura mínima de 2 mm com duas dobras – Bolsa; impressão digital colorida direta (mínima de 1400 x 720 dpi) sobre o acrílico da logomarca “MPSP”, vão interno livre de 1 mm, no tamanho: 29,7 cm (largura) x 10,6 cm (altura) livre com 2 cm de dobra. Deverá conter no verso fita espuma adesiva, com largura mínima 15mm, aplicada sobre fundo para fixação em parede ou porta em no mínimo 4 pontos. Antes da aplicação da fita, o local deverá ser tratado com prime para melhor fixação da fita adesiva. Não deverá conter imperfeições ou envergadura. Não serão aceitas peças adesivadas. Execução conforme desenho orientativo. | |
| **Quantidade** | **Unidade de Fornecimento** |
| **500** | **Unidade** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Descrição do Serviço** | | |
| **Subitem**  **1.2** | Composta de estrutura de acrílico cristal, com espessura mínima de **2 mm** com duas dobras no sentido transversal de **2 cm** livre cada e uma do sentido longitudinal – bolsa; impressão nas duas abas transversais de tarjas brancas e letras em preto e vermelho; impressão digital colorida direta (mínima de 1400 x 720 dpi) sobre o acrílico da logomarca “MPSP”, vão interno livre de **1 mm**, no tamanho: **21,00 cm** (largura) x **10,6 cm** (altura). Deverá conter no verso das dobras transversais fita espuma transparente adesiva, com largura mínima **15 mm**, aplicada sobre toda a área das abas para fixação em parede ou divisória melamínica. Antes da aplicação da fita, o local deverá ser tratado com prime para melhor fixação da fita adesiva. Não deverá conter imperfeições ou envergadura. Execução conforme desenho orientativo. | |
|  | **Quantidade** | **Unidade de Fornecimento** |
| **200** | **Unidade** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Descrição do Serviço** | | |
| **Lote**  **2** | **PLACA DE SINALIZAÇÃO EM PVC EXPANDIDO OU PS,** | |
| na cor branca com **02 mm** de espessura com impressão digital UV colorida direta na placa (mínima de 1.200 dpi) e recorte a laser. Deverá conter no verso fita espuma adesiva, com largura mínima **15mm**, para fixação em parede em no mínimo 4 pontos. Resistente ao sol e chuva. Não serão aceitas placas adesivadas. **Obs.:** Será fornecido pela Instituição o arquivo vetorizado fechado da arte final. Não será fornecido fotolito.  **Deverá ser apresentada prova preliminar digitalizada para aprovação; se necessário, deverá ser fornecida amostra.** | |
| **Quantidade** | **Unidade de Fornecimento** |
| **100** | **m²** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Descrição do Serviço** | | | |
| **Lote**  **3** | **IMPRESSÃO DIGITAL EM VINIL FOSCO AUTOADESIVO (FUNDO, LETRAS E ELEMENTOS GRÁFICOS),** | | |
| impressão em policromia digital UV **colorida 4x0** (resolução mínima de 1.200 dpi). Aplicação interna e externa. Resistente ao sol e chuva. Obs.: Será fornecido pela Instituição o arquivo vetorizado fechado da arte final. Não será fornecido fotolito.  **Deverá ser apresentada prova preliminar digitalizada para aprovação; se necessário, deverá ser fornecida amostra.** | | |
| **Subitem** | **Quantidade** | **Unidade de Fornecimento** | **Especificação** |
| **3.1** | **100** | **Unidade** | **Formato A4** |
| **3.2** | **100** | **Unidade** | **Formato A3** |
| **3.3** | **100** | **Unidade** | **Formato A5** |
| **3.4** | **100** | **Unidade** | **Formato A4** – Com recorte eletrônico. |
| **3.5** | **100** | **Unidade** | **Formato A3** – Com recorte eletrônico. |
| **3.6** | **100** | **Unidade** | **Formato A5** – Com recorte eletrônico. |

**LOTES: 04 A 06 COM INSTALAÇÃO**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Descrição do Serviço** | | | |
| **Lote**  **4** | **IMPRESSÃO DIGITAL EM VINIL JATEADO (“JATO DE AREIA”) AUTOADESIVO OU VINIL FOSCO AUTOADESIVO (FUNDO, LETRAS E ELEMENTOS GRÁFICOS)**, **COR A SER DEFINIDA,** | | |
| Impressão em policromia digital UV colorida **4x0** (resolução mínima de 1.200 dpi). Aplicação interna e externa. Resistente ao sol e chuva. **Inclui fornecimento e** **instalação em Municípios até 150 km da capital.**  **Obs.:** Será fornecido pela Instituição o arquivo vetorizado fechado da arte final. Não será fornecido fotolito. **Deverá ser apresentada prova preliminar digitalizada para aprovação; se necessário, deverá ser fornecida amostra.** | | |
| **Subitem** | **Quantidade** | **Unidade de Fornecimento** | **Especificação** |
| **4.1** | **400** | **m²** | Sem recorte eletrônico |
| **4.2** | **400** | **m²** | Com recorte eletrônico |
| **Descrição do Serviço** | | | |
| **Lote**  **5** | **IMPRESSÃO DIGITAL EM VINIL JATEADO (“JATO DE AREIA”) AUTOADESIVO OU VINIL FOSCO AUTOADESIVO (FUNDO, LETRAS E ELEMENTOS GRÁFICOS)**, **COR A SER DEFINIDA,** | | |
| Impressão em policromia digital UV colorida **4x0** (resolução mínima de 1.200 dpi). Aplicação interna e externa. Resistente ao sol e chuva. **Inclui fornecimento e** **instalação em Municípios entre 151 e 350 km da capital**  **Obs.:** Será fornecido pela Instituição o arquivo vetorizado fechado da arte final. Não será fornecido fotolito. **Deverá ser apresentada prova preliminar digitalizada para aprovação; se necessário, deverá ser fornecida amostra.** | | |
| **Subitem** | **Quantidade** | **Unidade de Fornecimento** | **Especificação** |
| **5.1** | **400** | **m²** | Sem recorte eletrônico |
| **5.2** | **400** | **m²** | Com recorte eletrônico |
| **Descrição do Serviço** | | | |
| **Lote**  **6** | **IMPRESSÃO DIGITAL EM VINIL JATEADO (“JATO DE AREIA”) AUTOADESIVO OU VINIL FOSCO AUTOADESIVO (FUNDO, LETRAS E ELEMENTOS GRÁFICOS)**, **COR A SER DEFINIDA,** | | |
| impressão em policromia digital UV colorida **4x0** (resolução mínima de 1.200 dpi). Aplicação interna e externa. Resistente ao sol e chuva. **Inclui fornecimento e instalação em Municípios entre 351 e 760 km da capital.**  **Obs.:** Será fornecido pela Instituição o arquivo vetorizado fechado da arte final. Não será fornecido fotolito. **Deverá ser apresentada prova preliminar digitalizada para aprovação; se necessário, deverá ser fornecida amostra.** | | |
| **Subitem** | **Quantidade** | **Unidade de Fornecimento** | **Especificação** |
| **6.1** | **400** | **m²** | Sem recorte eletrônico |
| **6.2** | **400** | **m²** | Com recorte eletrônico |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Descrição** | | |
| **Lote**  **7** | **PLACA E/OU PEÇA EM ACRÍLICO PARA SINALIZAÇÃO INTERNA,** | |
| no tamanho de **15 cm** (largura) x **15 cm** (altura), composta de: estrutura de acrílico na cor preta, com espessura mínima de **3 mm**; têm textos, glifos, marcas, pictogramas, dots para Braille, e outros sinais gráficos aplicados na face fosca do acrílico, em substrato adequado, na cor branca, em alto-relevo, na espessura de **0,8** a **1 mm**, em cor contrastante e com permanência para resistir a vandalismo. Ponto em **braille** em pinos metálicos inseridos na placa base. As arestas das aplicações em alto-relevo oferecem “ângulo de ataque” (convite) de 65 + - 5 graus, em todas as linhas externas e internas dos relevos, de forma a permitir **leitura tátil** confortável reduzindo, portanto, o atrito com a almofada do dedo do leitor. Da mesma forma, os dots de Braille, que são aplicados por interferência mecânica, são arredondados para conforto de leitura, bem como, facilitação da decodificação da Linguagem Braille. Deverá conter no verso fita espuma adesiva, com largura mínima **15mm**, para fixação em parede ou porta em, no mínimo, 4 pontos. Não deverá conter imperfeições ou envergadura. Bordas chanfradas e quinas arredondadas para tornar o contato com a placa o mais confortável possível. Corte da placa e demais componentes a laser ou router. Deverá estar de acordo com NBR 9050. **Obs.:** Execução conforme layout. Será fornecido pela Instituição o arquivo vetorizado fechado da arte final. Não será fornecido fotolito.  **Necessária amostra para aprovação.**  **Novo Documento 41** | |
| **Quantidade** | **Unidade de Fornecimento** |
| **500** | **Unidade** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Descrição** | | | |
| **Lote**  **8** | **PLACA INDICATIVA,** | | |
| em aço escovado de **1,0 mm** de espessura, conforme layout fornecido, sem bordas e sem frisos. Deverá acompanhar **04** (quatro) parafusos decorativos em aço, buchas e fita espuma adesiva, com largura mínima **15mm**, para fixação em parede em no mínimo 4 pontos.  **Obs.:** Será fornecido pela Instituição o arquivo vetorizado fechado da arte final. Não será fornecido fotolito.  **Necessária amostra para aprovação.** | | |
|  | **Quantidade** | **Unidade de Fornecimento** | **Especificação** |
| **8.1** | **20** | **m²** | Com gravação colorida em baixo relevo pelo sistema de corrosão de peça.  **Obs.:** Não será aceita pintura defeituosa. |
| **8.2** | **20** | **m²** | Com gravação em baixo relevo pelo sistema de corrosão de peça de logomarca MPSP em duas cores (preto e vermelho) e texto na cor preta.  **Obs.:** Não será aceita pintura defeituosa. |
| **8.3** | **10** | **m²** | Com gravação em baixo relevo pelo sistema de corrosão de peça em única cor: Preta.  **Obs.:** Não será aceita pintura defeituosa. |
| **8.4** | **20** | **m²** | Com gravação em cores.  **Obs.:** Não será aceita pintura defeituosa. |
| **8.5** | **10** | **m²** | Com gravação em única cor: Preta.  **Obs.:** Não será aceita pintura defeituosa. |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Descrição** | | | |
| **Lote**  **9** | **PLACA SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA,** | | | |
| espessura mínima de **2 mm**, em conformidade com Instrução Técnica nº 20/2015 do Corpo de Bombeiros e normas ABNT. Símbolo a ser definido. Deverá conter no verso fita dupla face para fixação em parede em no mínimo 4 pontos. Não serão aceitas peças adesivadas. | | | |
| **Quant.** | **Unidade de Fornecimento** | **Especificação** | **Forma e cor** |
| **9.1** | **200** | **Unidade** | ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO  (Modelos: **S1 a S21** e **M1 a M4**) | Símbolo: Retangular  Medidas**: 30 cm** (l) **x 15 cm** (a).  Fundo: **Verde**  Pictograma: fotoluminescente |
| **9.2** | **200** | **Unidade** | EQUIP. DE COMBATE A INCÊNDIO E ALARME  (Modelos **E1** **a** **E16**) | Símbolo: Quadrado  Medidas: **20 cm** (l) x **20 cm** (a).  Fundo: **Vermelho**  Pictograma: Fotoluminescente |
| **9.3** | **200** | **Unidade** | ALERTA  (Modelos **A1** a **A7**) | Símbolo: Triangular  Medidas: **20 cm** de base  Fundo: **Amarelo**  Pictograma: preto  Faixa triangular: preta |
| **9.4** | **200** | **Unidade** | CONTINUADA DE ROTAS DE FUGA  (Modelo **C1**) | Símbolo: Retangular  Medidas: **20 cm** (l) x **7 cm** (a).  Fundo: **Verde**  Pictograma: fotoluminescente |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Descrição** | | |
| **Lote** | **TOTEM,** | |
| **10** | em chapa de ACM (Alumínio Composto), com espessura mínima de **4** mm, em cor que imite aço escovado, com estrutura interna tubular de seção quadrada de **1** cm para sustentação, contendo bolsa de acrílico cristal com espessura mínima de **3mm**, para portar folha de formato **A3**. Contém logomarca impressa em sistema **Silkscreen**, nas cores preta e vermelha.  **Obs.:** Desenvolvimento conforme layout fornecido. Será fornecido pela Instituição o arquivo vetorizado fechado da arte final. Não será fornecido fotolito.  Tamanho: **0,40 m** (largura) x **1,60 m** (altura) e base de **0,40 m x 0,40m**.  TOTEM | |
| **Quantidade** | **Unidade de Fornecimento** |
| **40** | **Unidade** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Descrição** | | |
| **Lote** | **PLACA PARA ESTACIONAMENTO REFLETIVA RETANGULAR**, | |
| **11** | em chapa de aço galvanizado, número **16,** com cantos arredondados, com tratamento anticorrosivo, com aplicação primer no fundo, pintura automotiva e aplicação de texto em película refletiva grau técnico 3M, com suporte de fixação em tubo de aço galvanizado de **2 ½”,** número **14**, com no mínimo **1,30 metros** total. A placa deverá ser fixada ao suporte por braçadeira em aço galvanizado. Deverá estar de acordo com NBR 9050.  **Obs.:** Desenvolvimento conforme layout fornecido. Será fornecido pela Instituição o arquivo vetorizado fechado da arte final. Não será fornecido fotolito.  Medidas aproximadas da placa: **50 cm** (largura) x **70 cm** (altura). | |
| **Quantidade** | **Unidade de Fornecimento** |
| **20** | **Unidade** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Descrição** | | | |
| **Lote**  **12** | **PLACA COM IDENTIDADE VISUAL,** | | |
| Composta de estrutura em ACM (Alumínio Composto) com espessura mínima de 4mm e letras caixas em acrílico colorido (maciço), cortadas a laser ou router, aplicadas à face do ACM com substrato adequado, com espessura mínima de 5mm, contendo logomarca MPSP (letras “MPSP) e letras formando nome da Instituição “Ministério Público do Estado de São Paulo”. Cores e fontes a serem definidas. Deverá conter no verso fita espuma adesiva, com largura mínima 15mm, para fixação em parede em quantidade suficiente para suportar o peso da placa e 2 (dois) parafusos escapula zincada com buchas 8mm. Detalhes de execução conforme projeto anexo. Será fornecido pela Instituição o arquivo vetorizado fechado da arte final. Não será fornecido fotolito.  **Necessária amostra para aprovação.** | | |
| **Quantidade** | **Unidade de Fornecimento** | **Especificação** |
| **12.1** | **20** | **Unidade** | Placas de 1200mm x 400mm conforme modelo abaixo |
| **12.2** | **20** | **Unidade** | Placas de 2000mm x 680mm conforme modelo abaixo |





**Disposições gerais para todos os itens: As placas não deverão apresentar rebarbas, fissuras, relevos ou amassados e a pintura não poderá apresentar sinais de escorrimento, arranhões, bolhas, crostas, diferenças de tonalidade ou falhas.**

**ANEXO 2**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO**

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome completo), representante legal da empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome da pessoa jurídica), interessado em participar do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2019**, do Ministério Público do Estado de São Paulo**, DECLARO**, sob as penas da lei, que, nos termos do § 6º do artigo 27 da Lei nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, a empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome da pessoa jurídica) encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

São Paulo, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Carimbo da empresa, nome e cargo da pessoa que assina)

**OBS:** Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da empresa. Quando a empresa licitante não possuir papel timbrado, deverá fazer sua identificação na folha com, no mínimo, a razão social, número do C.N.P.J., endereço, DDD, telefone, endereço eletrônico e número do fax, se houver.

**ANEXO 3**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO À PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES PROMOVIDAS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES PÚBLICAS**

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome completo), representante legal da empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome da pessoa jurídica), interessado em participar do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2019**, do Ministério Público do Estado de São Paulo, **DECLARO**, sob as penas da lei, a inexistência de superveniência de fato impeditivo à participação em licitações, promovidas por Órgãos ou Entidades Públicas, inclusive em virtude das disposições da Lei Estadual nº 10.218/1999 e do artigo 10 da Lei Federal nº 9.605/1998.

São Paulo, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Carimbo da empresa, nome e cargo da pessoa que assina)

**OBS:** Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da empresa. Quando a empresa licitante não possuir papel timbrado, deverá fazer sua identificação na folha com, no mínimo, a razão social, número do C.N.P.J., endereço, DDD, telefone, endereço eletrônico e número do fax, se houver.

**ANEXO 4**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO**

**DECLARO**, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa .............................. (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº ......................................, não se enquadra em nenhuma das hipóteses de vedações previstas na Resolução nº 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, em especial nos artigos 3º e 4º, e alterações posteriores.

Representante: ........................

RG nº: ..................

São Paulo, ........... de ...................... de 2019

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Carimbo da empresa, nome e cargo da pessoa que assina)

**OBS:** Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da empresa. Quando a empresa licitante não possuir papel timbrado, deverá fazer sua identificação na folha com, no mínimo, a razão social, número do C.N.P.J., endereço, DDD, telefone, endereço eletrônico e número do fax, se houver.

**ANEXO 5**

**MINUTA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ..../2019**

pregão eletrônico nº 051/2019

processo nº 144/2019 – dg/mp

O **Ministério Público do Estado de São Paulo**, CNPJ nº 01.468.760/0001-90, situado na Rua Riachuelo, 115, Centro, São Paulo, SP, CEP 01007-904, na qualidade de Órgão Gerenciador, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Doutor **RICARDO DE BARROS LEONEL,** Promotor de Justiça, no exercício da competência delegada pelo Ato nº 045/03 - PGJ, de 15 de maio de 2003, doravante designado **MPSP**, e a(s) empresa(s) abaixo relacionada(s), representada(s) na forma de seus documentos constitutivos, em ordem de preferência por classificação, doravante denominada(s) **DETENTORA(S)**, resolvem firmar o presente ajuste para Registro de Preços, nos termos das Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, do Decreto nº 47.297, de 06/11/2002, e, onde couber, do Decreto Estadual nº 63.722/2018 e Ato (N) nº 597/2009 – PGJ, de 01/07/2009, bem como do edital de Pregão nos autos do processo em epígrafe, mediante condições e cláusulas a seguir estabelecidas.

**DETENTORA(S):**

**DETENTORA**

Denominação: ...........................

Endereço: ..................................

CNPJ: ........................................

Representante Legal: .................

CPF: ..........................................

**LOTE 1**

QUANTIDADE:

PREÇO UNITÁRIO: R$

DETENTORA:

**ITEM (...)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

1.1. Registro de Preços para confecção de **placas, sinalizadores e totem.**

**CLÁUSULA SEGUNDA - CONDIÇÕES DE ENTREGA**

2.1. Os pedidos de fornecimento ocorrerão de acordo com as necessidades do MPSP e por meio da emissão de Nota de Empenho.

2.2. Os materiais deverão atender plenamente às especificações e medidas previstas no edital e serão entregues em conformidade com as regras fixadas no instrumento convocatório, especialmente no **ITEM IX - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DOS LOCAIS DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO**.

2.3. Correrão por conta da(s) DETENTORA(S) todas as despesas pertinentes, tais como embalagens, seguro, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

2.4. Constatada divergência entre os materiais entregues e os materiais especificados na proposta, a(s) DETENTORA(S) deverá(ão) substituir os mesmos em, no máximo, 10 (dez) dias, contados do recebimento da comunicação da recusa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA**

3.1. O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços é de **12** (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

**CLÁUSULA QUARTA - PAGAMENTO**

4.1. O pagamento será efetuado no 30º (trigésimo) dia a contar da data de emissão do Termo de Aceite Definitivo, a ser efetuado por esta Instituição, e será processado mediante crédito em conta-corrente da(s) DETENTORA(S) no Banco do Brasil S/A, nos termos da legislação vigente.

4.2. No caso de devolução da nota fiscal ou fatura, por sua inexatidão ou de dependência de carta corretiva, nos casos em que a legislação admitir, o prazo fixado no item 4.1 será contado da data de entrega da referida correção.

4.3. Havendo atraso nos pagamentos, sobre a quantia devida incidirá correção monetária nos termos do artigo 74 da Lei Estadual nº 6.544/1989, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore* em relação ao atraso verificado.

4.4. Constitui condição para a realização do pagamento, a inexistência de registro em nome da(s) DETENTORA(S) no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – Cadin Estadual.

4.5. Deverá ser observada a obrigatoriedade da emissão da nota fiscal eletrônica (NF-e), conforme o caso e legislação em vigor.

**CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA DETENTORA**

5.1. A(s) DETENTORA(S) obriga(m)-se a proceder à entrega em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e a manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2. À(s) DETENTORA(S) caberá(ão) a responsabilidade total pelo fornecimento do objeto contratado.

5.3. A(s) DETENTORA(S) obriga(m)-se a garantir o objeto contratado pelo prazo mínimo de **12** (doze) meses, contados a partir da aceitação definitiva do mesmo.

5.4. A(s) DETENTORA(S) deverá(ão) comunicar às alterações que forem efetuadas em seu(s) Contrato(s) Social(is).

**CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DO MPSP**

6.1. Cabe ao MPSP efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no edital.

**CLÁUSULA SÉTIMA – SANÇÕES**

7.1. Aplicam-se às contratações decorrentes do presente ajuste as sanções previstas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e no Ato (N) nº 308/2003 - PGJ, de 18 de março de 2003.

**CLÁUSULA OITAVA - DISPOSIÇÕES GERAIS**

8.1. Considera-se parte integrante deste ajuste, como se nele estivessem transcritos, o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 051/2019, seus Anexos e a(s) proposta(s) da(s) DETENTORA(S).

8.2. A existência de preços registrados não obriga o MPSP a firmar as contratações que deles poderão advir.

**CLÁUSULA NONA - FORO**

9.1. O foro competente para toda e qualquer ação decorrente da presente Ata de Registro de Preços é o Foro Central da Capital do Estado de São Paulo.

9.2. Nada mais havendo a ser declarado, foi dada por encerrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelas partes.

São Paulo, ........ de ............................. de 2019

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**RICARDO DE BARROS LEONEL**  **DETENTORA(S)**

PROMOTOR de Justiça

Diretor-Geral

**Testemunhas**:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome: Nome:

RG nº RG nº

**ANEXO 6**

**ESTIMATIVA DE AQUISIÇÃO E PREÇOS MÁXIMOS**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **LOTE** | | **DESCRIÇÃO** | | **QUANT. MÁXIMA ANUAL** | | **QUANT. MÍNIMA ANUAL** | | **UNID.** | **QUANT.**  **MÁXIMA**  **P/ CADA**  **AQUISIÇÃO**  **INDIVIDUAL** | **QUANT.**  **MÍNIMA**  **P/ CADA**  **AQUISIÇÃO**  **INDIVIDUAL** | | **PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO (R$)** | **PREÇO MÁXIMO TOTAL (R$)** |
| **1** | | **PLACA DE SINALIZAÇÃO INTERNA EM ACRÍLICO CRISTAL.** | | **500** | | **50** | | **Unid.** | **500** | **100** | | **28,30** |  |
| **1.1** | | Tamanho: 29,7 x 10,6 cm | | **14.150,00** |
| **1.2** | | Tamanho: 21,0 x 10,6 cm | | **200** | | **20** | | **Unid.** | **200** | **20** | | **36,65** | **7.330,00** |
| **PREÇO MÁXIMO TOTAL DO LOTE 1 (1.1 + 1.2)** | | | | | | | | | | | | | **21.480,00** |
| **2** | **PLACA DE SINALIZAÇÃO EM PVC EXPANDIDO OU PS,** | | **100** | | **10** | | **M²** | | **100** | **10** | **321,25** | | **32.125,00** |
| **PREÇO MÁXIMO TOTAL DO LOTE 2** | | | | | | | | | | | | | **32.125,00** |
| **3** | **IMPRESSÃO DIGITAL EM VINIL FOSCO AUTOADESIVO (FUNDO, LETRAS E ELEMENTOS GRÁFICOS),** | |  | |  | |  | |  |  |  | |  |
| **3.1** | Formato A4 | | **100** | | **1** | | **Unid.** | | **100** | **1** | **11,88** | | **1.188,00** |
| **3.2** | Formato A3 | | **100** | | **1** | | **Unid.** | | **100** | **1** | **21,04** | | **2.104,00** |
| **3.3** | Formato A5 | | **100** | | **1** | | **Unid.** | | **100** | **1** | **7,88** | | **788,00** |
| **3.4** | Formato A4, com recorte eletrônico. | | **100** | | **1** | | **Unid.** | | **100** | **1** | **15,06** | | **1.506,00** |
| **3.5** | Formato A3, com recorte eletrônico. | | **100** | | **1** | | **Unid.** | | **100** | **1** | **26,64** | | **2.664,00** |
| **3.6** | Formato A5, com recorte eletrônico. | | **100** | | **1** | | **Unid.** | | **100** | **1** | **10,18** | | **1.018,00** |
| **PREÇO MÁXIMO TOTAL DO LOTE 3 (3.1 a 3.6)** | | | | | | | | | | | | | **9.268,00** |
| **4** | **IMPRESSÃO DIGITAL EM VINIL JATEADO (“JATO DE AREIA”) AUTOADESIVO OU VINIL FOSCO AUTOADESIVO (FUNDO, LETRAS E ELEMENTOS GRÁFICOS)**, **COR A SER DEFINIDA.** | |  | |  | |  | |  |  |  | |  |
| **4.1** | **Especificação** | |  | |  | |  | |  |  |  | |  |
| Sem recorte eletrônico. | | **400** | | **2** | | **M²** | | **400** | **2** | **390,75** | | **156.300,00** |
| **4.2** | Com recorte eletrônico. | | **400** | | **2** | | **M²** | | **400** | **2** | **427,00** | | **170.800,00** |
| **PREÇO MÁXIMO TOTAL DO LOTE 4 (4.1 + 4.2)** | | | | | | | | | | | | | **327.100,00** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **LOTE** | **DESCRIÇÃO** | **QUANT. MÁXIMA ANUAL** | **QUANT. MÍNIMA ANUAL** | **UNID.** | **QUANT.**  **MÁXIMA**  **P/ CADA**  **AQUISIÇÃO**  **INDIVIDUAL** | **QUANT.**  **MÍNIMA**  **P/ CADA**  **AQUISIÇÃO**  **INDIVIDUAL** | **PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO (R$)** | **PREÇO MÁXIMO TOTAL (R$)** |
| **5** | **IMPRESSÃO DIGITAL EM VINIL JATEADO (“JATO DE AREIA”) AUTOADESIVO OU VINIL FOSCO AUTOADESIVO (FUNDO, LETRAS E ELEMENTOS GRÁFICOS)**, **COR A SER DEFINIDA.** |  |  |  |  |  |  |  |
| **5.1** | **Especificação** |  |  |  |  |  |  |  |
| Sem recorte eletrônico. | **400** | **2** | **M²** | **400** | **2** | **458,75** | **183.500,00** |
| **5.2** | Com recorte eletrônico. | **400** | **2** | **M²** | **400** | **2** | **505,00** | **202.000,00** |
| **PREÇO MÁXIMO TOTAL DO LOTE 5 (5.1 + 5.2)** | | | | | | | | **385.500,00** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **6** | **IMPRESSÃO DIGITAL EM VINIL JATEADO (“JATO DE AREIA”) AUTOADESIVO OU VINIL FOSCO AUTOADESIVO (FUNDO, LETRAS E ELEMENTOS GRÁFICOS)**, **COR A SER DEFINIDA,** |  |  |  |  |  |  |  |
| **6.1** | **Especificação** |  |  |  |  |  |  |  |
| Sem recorte eletrônico. | **400** | **2** | **M²** | **400** | **2** | **486,00** | **194.400,00** |
| **6.2** | Com recorte eletrônico. | **400** | **2** | **M²** | **400** | **2** | **510,00** | **204.000,00** |
| **PREÇO MÁXIMO TOTAL DO LOTE 6 (6.1 + 6.2)** | | | | | | | | **398.400,00** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **7** | **PLACA E/OU PEÇA EM ACRÍLICO PARA SINALIZAÇÃO INTERNA,** | **500** | **100** | **Unid.** | **500** | **20** | **39,22** | **19.610,00** |
| **PREÇO MÁXIMO TOTAL DO LOTE 7** | | | | | | | | **19.610,00** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **LOTE** | **DESCRIÇÃO** | **QUANT. MÁXIMA ANUAL** | **QUANT. MÍNIMA ANUAL** | **UNID.** | **QUANT.**  **MÁXIMA**  **P/ CADA**  **AQUISIÇÃO**  **INDIVIDUAL** | **QUANT.**  **MÍNIMA**  **P/ CADA**  **AQUISIÇÃO**  **INDIVIDUAL** | **PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO (R$)** | **PREÇO MÁXIMO TOTAL (R$)** |
| **8** | **PLACA INDICATIVA,** |  |  |  |  |  |  |  |
| **8.1** | Com gravação colorida em baixo relevo pelo sistema de corrosão de peça.  Obs.: Não será aceita pintura defeituosa. | **20** | **0,24** | **m²** | **20** | **0,24** | **3.725,00** | **74.500,00** |
| **8.2** | Com gravação em baixo relevo pelo sistema de corrosão de peça de logomarca MPSP em duas cores (preto e vermelho) e texto na cor preta.  Obs.: Não será aceita pintura defeituosa. | **20** | **0,24** | **m²** | **20** | **0,24** | **3.725,00** | **74.500,00** |
| **8.3** | Com gravação em baixo relevo pelo sistema de corrosão de peça em única cor: Preta.  Obs.: Não será aceita pintura defeituosa. | **10** | **0,24** | **m²** | **10** | **0,24** | **3.500,00** | **35.000,00** |
| **8.4** | Com gravação em cores.  Obs.: Não será aceita pintura defeituosa | **20** | **0,24** | **m²** | **20** | **0,24** | **3.725,00** | **74.500,00** |
| **8.5** | Com gravação em única cor: Preta.  Obs.: Não será aceita pintura defeituosa. | **10** | **0,24** | **m²** | **10** | **0,24** | **3.500,00** | **35.000,00** |
| **PREÇO MÁXIMO TOTAL DO LOTE 8 (8.1 a 8.5)** | | | | | | | | **293.500,00** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **LOTE** | **DESCRIÇÃO** | | **QUANT. MÁXIMA ANUAL** | **QUANT. MÍNIMA ANUAL** | **UNID.** | **QUANT.**  **MÁXIMA**  **P/ CADA**  **AQUISIÇÃO**  **INDIVIDUAL** | **QUANT.**  **MÍNIMA**  **P/ CADA**  **AQUISIÇÃO**  **INDIVIDUAL** | **PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO (R$)** | **PREÇO MÁXIMO TOTAL (R$)** |
| **9** | **PLACA SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA,** | |  |  |  |  |  |  |  |
| **9.1** | **Especificação** | **Forma e Cor** |  |  |  |  |  |  |  |
| ORIENTAÇÃO E SALVAMENTO  (Modelos: S1 a S21 e M1 a M4) | Símbolo: Retangular  Medidas: 30 cm (l) x 15 cm (a).  Fundo: Verde  Pictograma: fotoluminescente | **200** | **20** | **Unid.** | **200** | **10** | **31,18** | **6.236,00** |
| **9.2** | EQUIP. DE COMBATE A INCÊNDIO E ALARME (Modelos E1 a E16) | Símbolo: Quadrado  Medidas: 20 cm (l) x 20 cm (a). Fundo: Vermelho Pictograma: fotoluminescente | **200** | **20** | **Unid.** | **200** | **10** | **26,88** | **5.376,00** |
| **9.3** | ALERTA (Modelos A1 a A7) | Símbolo: Triangular Medidas: 20 cm de base Fundo: Amarelo Pictograma: preto Faixa triangular: preta | **200** | **20** | **Unid.** | **200** | **10** | **24,98** | **4.996,00** |
| **9.4** | CONTINUADA DE ROTAS DE FUGA (Modelo C1) | Símbolo: Retangular Medidas: 20 cm (l) x 7 cm (a). Fundo: Verde Pictograma: fotoluminescente | **200** | **20** | **Unid.** | **200** | **10** | **16,00** | **3.200,00** |
| **PREÇO MÁXIMO TOTAL DO LOTE 9 (9.1 a 9.4)** | | | | | | | | | **19.808,00** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **10** | **TOTEM,** | **40** | **5** | **Unid.** | **40** | **1** | **5.028,67** | **201.146,80** |
| **PREÇO MÁXIMO TOTAL DO LOTE 10** | | | | | | | | **201.146,80** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **11** | **PLACA PARA ESTACIONAMENTO REFLETIVA RETANGULAR,** | **20** | **3** | **Unid.** | **20** | **1** | **688,25** | **13.765,00** |
| **PREÇO MÁXIMO TOTAL DO LOTE 11** | | | | | | | | **13.765,00** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **LOTE** | **DESCRIÇÃO** | **QUANT. MÁXIMA ANUAL** | **QUANT. MÍNIMA ANUAL** | **UNID.** | **QUANT.**  **MÁXIMA**  **P/ CADA**  **AQUISIÇÃO**  **INDIVIDUAL** | **QUANT.**  **MÍNIMA**  **P/ CADA**  **AQUISIÇÃO**  **INDIVIDUAL** | **PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO (R$)** | **PREÇO MÁXIMO TOTAL (R$)** |
| **12** | **PLACA COM IDENTIDADE VISUAL,** |  |  |  |  |  |  |  |
| **12.1** | **Especificação** |  |  |  |  |  |  |  |
| Placas de 1200mm x 400mm | **20** | **5** | **Unid.** | **20** | **1** | **2.103,33** | **42.066,60** |
| **12.2** | Placas de 2000mm x 680mm. | **20** | **5** | **Unid.** | **20** | **1** | **2.453,33** | **49.066,60** |
| **PREÇO MÁXIMO TOTAL DO LOTE 12 (12.1 + 12.2)** | | | | | | | | **91.133,20** |

**ANEXO 7**

**ATO (N) Nº 308/2003 - P.G.J., DE 18 DE MARÇO DE 2003**

**Publicado no D.O.E. de 19.03.2003**

Estabelece normas para a aplicação de multas previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações e na Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, no âmbito do Ministério Público do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições previstas no artigo 19, inciso IX, alínea "a", da Lei Complementar nº 734, de 26 de novembro de 1993,

Considerando o que estabelece o artigo 115 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações,

Considerando a necessidade de se adaptar a atual norma sobre aplicação de multas no âmbito deste Ministério Público,

Resolve:

**Artigo 1º** - A sanção administrativa de multa prevista na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, e na Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, será aplicada, no âmbito deste Ministério Público, de acordo com as normas estabelecidas neste Ato.

**Artigo 2º** - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Ministério Público, ensejará a aplicação de multa correspondente a 40% (quarenta por cento) a 100% (cem por cento) do valor do respectivo do ajuste, conforme previsto no edital.

**Artigo 3º -** O atraso injustificado na execução do serviço, obra ou fornecimento do material, sujeitará o contratado à multa de mora, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, na seguinte conformidade:

**I** - de 1% (um por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias;

**II** - de 2% (dois por cento) ao dia, para atraso superior a 30 (trinta) dias, limitado a 45 (quarenta e cinco) dias;

**III** - atraso superior a 45 (quarenta e cinco) dias, caracteriza inexecução parcial ou total, conforme o caso, aplicando-se o disposto no artigo 6º.

**Artigo 4º** - O atraso será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil, de expediente da Instituição, subsequente ao término do prazo estabelecido para a entrega do material ou execução da obra ou do serviço, até o dia anterior à sua efetivação.

**Artigo 5º** - O material recusado ou serviço executado em desacordo com o estipulado, deverá ser substituído ou refeito no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da comunicação da recusa.

**Parágrafo único** - A não ocorrência da substituição ou nova execução dos serviços ensejará a aplicação da multa estabelecida no artigo 3º deste Ato, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo fixado no "caput" deste artigo.

**Artigo 6º** - Pela inexecução total ou parcial dos serviços, obras ou fornecimento de materiais poderá ser aplicada multa:

**I** - de 20 (vinte por cento) a 100% (cem por cento), sobre o valor das mercadorias não entregues ou da obrigação não cumprida;

**II** - no valor correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação ou contratação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

**§ 1º** - Na aplicação da multa a que se refere o inciso I deste artigo, levar-se-á em conta o tipo de objeto, o montante de serviço, obras ou materiais eventualmente executados ou entregues e os prejuízos causados à Instituição e à reincidência da contratada.

**§ 2º** - As penalidades previstas nos incisos I e II deste artigo são alternativas, prevalecendo a de maior valor.

**Artigo 7º** - O pedido de prorrogação do prazo para conclusão de obras, serviços ou para entrega de materiais, deverá ser encaminhado à Diretoria Geral e só será apreciado se apresentado antes do vencimento do prazo pactuado, devidamente justificado.

**Parágrafo único** - A unidade requisitante manifestar-se-á prévia e obrigatoriamente acerca da possibilidade de ser concedida a prorrogação ou da ocorrência de eventuais prejuízos.

**Artigo 8º** - A aplicação de multa prevista neste Ato será apurada em procedimento administrativo, assegurada a defesa prévia, que deverá ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

**Artigo 9º** - Da aplicação da multa caberá recurso administrativo, que poderá ser interposto no Protocolo Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo, nos termos do § 4º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar de sua notificação.

**Artigo 10** - Decorridos 15 (quinze) dias da notificação da decisão definitiva, o valor da multa, aplicada após regular processo administrativo, será:

**I** - descontado da garantia prestada quando da assinatura do contrato ou instrumento equivalente;

**II** - descontado de pagamentos eventualmente devidos, quando não houver garantia ou esta for insuficiente; ou

**III** - recolhido por intermédio de guia de recolhimento específica, pela própria pessoa física ou jurídica multada, preenchendo-se o campo respectivo com o código nº 500, junto à Nossa Caixa Nosso Banco S/A.

**Parágrafo único** - Os valores provenientes das multas constituem receitas do Fundo Especial de Despesa do Ministério Público do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 3º da Lei Estadual nº 10.332, de 21 de junho de 1999.

**Artigo 11** - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação da decisão definitiva de aplicação da multa e não tendo sido ela quitada, serão adotadas as medidas necessárias visando sua cobrança.

**Parágrafo único** – A atualização monetária da multa será efetuada, até a data de seu efetivo pagamento, com base no INPC – IBGE.

**Artigo 12** - As sanções previstas neste Ato são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações e na Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989.

**Artigo 13** - O presente Ato deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, todos os instrumentos convocatórios de licitação, contratos ou equivalentes.

**Artigo 14** - As disposições constantes deste Ato aplicam-se, também, às contratações decorrentes de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

**Artigo 15** - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Ato (N) nº 229/2000 - PGJ, de 03 de março de 2000.

**ANEXO 8**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO**

(em papel timbrado da licitante)

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, representante legal do licitante \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 051/2019, Processo n° 144/2019-DG/MP, **DECLARO,** sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da presente Licitação foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente Licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da presente Licitação antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente Licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

**DECLARO**, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, tais como:

I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data).

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Nome/assinatura do representante legal)

**ANEXO 9**

**RESOLUÇÃO Nº 37, DE 28 DE ABRIL DE 2009.**

Altera as Resoluções CNMP nº 01/2005, nº 07/06 e nº 21/07, considerando o disposto na Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal.

O **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, no exercício da competência prevista no art. 130-A, §2°, inciso II, da Constituição Federal e com arrimo no artigo 19 do Regimento Interno, à luz dos considerandos mencionados nas [Resoluções CNMP](http://www.cnmp.mp.br/portal/atos-e-normas/norma/359/%26highlight%3DWyJyZXNvbHVcdTAwZTdcdTAwZTNvIiwiMDEiLCJyZXNvbHVcdTAwZTdcdTAwZTNvIDAxIl0%3D) [n° 01, de 07.11.2005](http://www.cnmp.mp.br/portal/atos-e-normas/norma/359/%26highlight%3DWyJyZXNvbHVcdTAwZTdcdTAwZTNvIiwiMDEiLCJyZXNvbHVcdTAwZTdcdTAwZTNvIDAxIl0%3D), [n° 07, de 17.04.2006](http://www.cnmp.mp.br/portal/atos-e-normas/norma/393/%26highlight%3DWyJyZXNvbHVcdTAwZTdcdTAwZTNvIiw3XQ%3D%3D), e [n° 21, de 19.06.2007](http://www.cnmp.mp.br/portal/atos-e-normas/norma/484/%26highlight%3DWyJyZXNvbHVcdTAwZTdcdTAwZTNvIiwyMSwicmVzb2x1XHUwMGU3XHUwMGUzbyAyMSJd), e considerando, ainda, o disposto na Súmula Vinculante n° 13 do Supremo Tribunal Federal, em conformidade com a decisão plenária tomada na sessão realizada no dia 28.04.2009, RESOLVE:

Art. 1° É vedada a nomeação ou designação para cargos em comissão e funções comissionadas, no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros, compreendido o ajuste mediante designações ou cessões recíprocas em qualquer órgão da Administração Pública direta e indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 2° É vedada a nomeação ou designação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de servidor ocupante, no âmbito do mesmo Ministério Público, de cargo de direção, chefia ou assessoramento, para exercício de cargo em comissão ou função comissionada, compreendido o ajuste mediante designações ou cessões recíprocas em qualquer órgão da administração pública direta e indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 3º Constituem práticas de nepotismo vedadas no âmbito de todos os órgãos do Ministério Público da União e dos Estados: [(Redação dada pela Resolução nº 172, de 4 de](http://www.cnmp.mp.br/portal/atos-e-normas-busca/norma/5190) [julho de 2017)](http://www.cnmp.mp.br/portal/atos-e-normas-busca/norma/5190)

1. – a contratação, em casos excepcionais de dispensa ou inexigibilidade de licitação, de pessoa jurídica da qual sejam sócios cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou de servidor investido em cargo de direção e de assessoramento; [(Incluído pela Resolução nº 172, de 4 de julho de 2017)](http://www.cnmp.mp.br/portal/atos-e-normas-busca/norma/5190)
2. – a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação. [(Incluído pela Resolução nº 172, de 4 de julho de 2017)](http://www.cnmp.mp.br/portal/atos-e-normas-busca/norma/5190)

§ 1º A vedação prevista no inciso II deste artigo não se aplica às hipóteses nas quais a contratação seja realizada por ramo do Ministério Público diverso daquele ao qual pertence o membro ou servidor gerador da incompatibilidade. [(Incluído pela Resolução nº 172, de 4 de](http://www.cnmp.mp.br/portal/atos-e-normas-busca/norma/5190) [julho de 2017)](http://www.cnmp.mp.br/portal/atos-e-normas-busca/norma/5190)

§ 2º A vedação constante do inciso II deste artigo se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os membros e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização. [(Incluído pela Resolução](http://www.cnmp.mp.br/portal/atos-e-normas-busca/norma/5190) [nº 172, de 4 de julho de 2017)](http://www.cnmp.mp.br/portal/atos-e-normas-busca/norma/5190)

§ 3º A contratação de empresa pertencente a parente de membro ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo órgão do Ministério Público competente, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório. [(Incluído pela Resolução nº 172, de 4 de julho de 2017)](http://www.cnmp.mp.br/portal/atos-e-normas-busca/norma/5190)

Art. 4° É vedada a prestação de serviço por empregados de empresas fornecedoras de mão-de-obra que sejam parentes até o terceiro grau dos respectivos membros ou servidores dos órgãos contratantes do Ministério Público da União e dos Estados, observando-se, no que couber, as restrições relativas à reciprocidade entre os Ministérios Públicos ou entre estes e órgãos da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, distrital ou municipal.

Parágrafo único. Cada órgão do Ministério Público estabelecerá, nos contratos firmados com empresas prestadoras de serviços, cláusula proibitiva da prestação de serviço no seu âmbito, na forma estipulada no caput.

Art. 5° Na aplicação desta Resolução serão considerados, no que couber, os termos do [Enunciado n° 01/2006](http://www.cnmp.mp.br/portal/atos-e-normas/norma/50/%26highlight%3DWyJlbnVuY2lhZG8iLDFd) do Conselho Nacional do Ministério Público.

Art. 6° Ficam mantidos os efeitos das disposições constantes do artigo 5° da [Resolução CNMP n° 01 de 07.11.2005](http://www.cnmp.mp.br/portal/atos-e-normas/norma/359/%26highlight%3DWyJyZXNvbHVcdTAwZTdcdTAwZTNvIiwiMDEiLCJyZXNvbHVcdTAwZTdcdTAwZTNvIDAxIl0%3D), do artigo 3° da [Resolução CNMP n° 07, de](http://www.cnmp.mp.br/portal/atos-e-normas/norma/393/%26highlight%3DWyJyZXNvbHVcdTAwZTdcdTAwZTNvIiw3XQ%3D%3D) [17.04.2006](http://www.cnmp.mp.br/portal/atos-e-normas/norma/393/%26highlight%3DWyJyZXNvbHVcdTAwZTdcdTAwZTNvIiw3XQ%3D%3D), e do art. 3° da [Resolução CNMP n° 21, de 19.06.2007](http://www.cnmp.mp.br/portal/atos-e-normas/norma/484/%26highlight%3DWyJyZXNvbHVcdTAwZTdcdTAwZTNvIiwyMSwicmVzb2x1XHUwMGU3XHUwMGUzbyAyMSJd).

Art. 7º Os órgãos do Ministério Público da União e dos Estados adotarão as providências administrativas para adequação aos termos desta Resolução no prazo de trinta dias.

Art. 8° Revogam-se as disposições em contrário. Brasília-DF, 28 de abril de 2009.

ANTONIO FERNANDO BARROS E SILVA DE SOUZA

Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público